



**Ministério da Cultura**  
**Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC**

**ATA DA 7ª REUNIÃO**  
**ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**NACIONAL DE POLÍTICA**  
**CULTURAL - CNPC**

Brasília (DF), 25 e 26 de Agosto de 2009

Local: Hotel Nacional - Salão Azul Norte

## 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPC REALIZADA EM AGOSTO DE 2009.

1Ao vigésimo quinto dia do mês de agosto de dois mil e nove, às nove horas  
2nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, no Hotel Nacional, situado nesta  
3capital, sob a presidência do Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do  
4CNPC) na presença dos (as) Senhores (as): Sr. **Adriano Araújo** (Música  
5Popular), Sr. **Aldenir Paraguassú** (Ministério do Meio Ambiente), Sr.  
6**Alfredo Tiommo Tolmasquim** (Ministério da Ciência e Tecnologia), Sr.  
7**Álvaro Santi** (Música Erudita), Sr. **Álvaro Salmito** (Sistema S), Sr.  
8**Américo Córdula** (Ministério da Cultura), Sr. **Antônio Carlos Vieira**  
9(Museus), Sr. **Antônio Menezes Junior** (Ministério das Cidades), Sr.  
10**Bruno Monteiro** (Artes Visuais), Sr. **César Piva** (Inclusão Social por  
11Intermédio da Cultura), Sr. **Claudinei Pirelli Mota** (Ministério do Turismo),  
12Sr. **Cláudio Peret** (Consultor Jurídico do MinC), Sra. **Dulce Tamara**  
13**Lamego** (Dança), Sr. **Danilo dos Santos Miranda** (Sistema S), Sr.  
14**Fernando Rossetti** (Grupos de Institutos, Fundações e Empresas), Sr.  
15**Francisco Auto Filho** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes  
16Estaduais), Sr. **Geraldo Moraes** (Indicação do Ministro), Sr. **Ignácio**  
17**Kornowski** (Confederação Nacional de Municípios), Sr. Inácio Arruda  
18(Comissão de Educação do Senado Federal), Sr. **Jaime Antunes**  
19(Arquivos), Sr. **João Roberto Peixe** (Ministério da Cultura), Sr. **José do**  
20**Nascimento Junior** (Presidente do IBRAM), Sra. **Juliana de Melo Borges**  
21(Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); Sra. **Keilah**  
22**Diniz** (MinC), Sr. **Luís Roberto** (Entidades de Pesquisas), Sr. **Luís Phelipe**  
23**Andrés** (Patrimônio Material), Sra. **Maria Adelaide Chamusca** (Ministério  
24da Educação), Sra. **Maria das Graças Monteiro Castro** (Livro e Leitura),  
25Sra. **Maria Beatriz de Medeiros** (Arte Digital), Sra. **Maria Beatriz Salles**  
26(Consultoria Jurídica MinC), Sr. **Marcelo Oliveira Dantas** (Ministério da  
27Cultura), Sr. **Maurício Fernando Pestana** (Culturas Afro-Brasileiras), Sr.  
28**Michel Etlin** (Associação Nacional de Entidades Culturais), Sra. Olga Lopes  
29de Ibanez Novion (Ministério do Planejamento), Sr. **Oséas Borba Neto**  
30(Teatro), Sr. **Oswaldo Viegas** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes  
31Estaduais), Sra. **Paula Simon Ribeiro** (Culturas Populares), Sr. **Paulo**  
32**Ormindo de Azevedo** (Patrimônio Imaterial), Sr. **Roberto Gomes**

33 **Nascimento** (Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura - MinC), Sr.  
34 **Rosa Coimbra** (Dança), Sr. **Romancil Cretã** (Povos Indígenas), Sr.  
35 **Sérgio Mamberti** (Presidente da FUNARTE), Sra. **Silvana Meireles**  
36 (Secretária de Articulação Institucional - MinC), Sra. **Solange Lima**  
37 (Audiovisual), Sr. **Victorino Chermont de Miranda** (Instituto Histórico e  
38 Geográfico Brasileiro), Sr. **Zulu Araújo** (Ministério da Cultura): Teve início  
39 a 7ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC,  
40 coordenada pelo Senhor **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) do  
41 Ministério da Cultura, destinado a apreciar a seguinte pauta: **Pauta do dia**  
42 **25/08/09 – Item 1)** Abertura da Sessão; **Item 2)** Painel: “Relações  
43 Internacionais”; **Item 3)** Painel: “Instituto Brasileiro de Museus”; **Item 4)**  
44 Painel: “Cultura e Turismo”; **Item 5)** Ordem do Dia. **Item 1) Abertura da**  
45 **Sessão:** O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) cumprimentou  
46 a todos os conselheiros; Apresentou a pauta de trabalho do dia e passou a  
47 palavra ao Diretor de Relações Internacionais, o Sr. **Marcelo Dantas**  
48 (Ministério da Cultura). **Item 2) Painel: “Relações Internacionais”:** O  
49 Sr. **Marcelo Dantas** (Ministério da Cultura) apresentou-se e destacou sua  
50 satisfação por estar presente na Reunião e por fazer a sua apresentação;  
51 Iniciou sua participação relatando sobre o papel internacional do Brasil, que  
52 justamente nesse contexto, situa-se a necessidade de uma política nacional  
53 mais ativa por parte do Ministério da Cultura; explicou que como o Brasil  
54 passou por um longo período, a partir dos anos 80, de seguidas crises, isso  
55 inibiu muito a participação internacional do Brasil; Relatou que com a  
56 superação dessas crises, o Brasil voltou a ter uma posição internacional de  
57 destaque; Ressaltou que com o governo Lula e com os sinais de intensa  
58 alteração do cenário internacional, o Brasil começou a ter uma ação mais  
59 extrovertida, segundo ele, no sentido de cenário externo, e que a crise  
60 internacional deixou também evidente que o antigo setor havia se esgotado  
61 e era necessário partir para um modelo mais multipolar e muito mais aberto  
62 em que o Brasil acabou ficando em uma situação melhor situada do que  
63 outros países, por exemplo, como o México que havia feito uma opção  
64 muito clara do modelo anterior de atrelamento à economia norte-  
65 americana. Comentou que o Brasil, com uma política que leva a uma  
66 diversificação de parceiros, a uma busca pragmática de interesse nacional,  
67 a uma defesa dos interesses democráticos no cenário internacional, mas

68sem excessos, e uma preferência pelo diálogo, começou a diversificar  
69parceiros e abrir novas frentes de diálogos com regiões onde antes o Brasil  
70raramente se mostrava presente; Relatou que, com isso, o Brasil foi  
71assumindo de certo modo uma liderança nesse processo de redefinição da  
72ordem internacional e essa liderança vem de vários fatores que não vem de  
73hoje, que são estruturais do Brasil, como o fato do país ter unidades  
74lingüísticas, de ter fronteiras consolidadas, de ter grande estabilidade na  
75sua região e de não ter no interior do país conflitos étnicos, religiosos ou de  
76maior significado; Colocou também que nesse contexto internacional, de  
77maior presença, de diversificação de áreas em que o Brasil atua se coloca  
78um novo papel das políticas culturais e a necessidade de uma presença  
79cultural muito maior no Brasil; Abordou o novo papel das políticas culturais  
80no cenário internacional e informou que o primeiro aspecto disso seria a  
81questão da diplomacia cultural como uma projeção sustentável de poder;  
82Explicou que é muito mais fácil você se fazer presente, se fazer escutar no  
83mundo quando se tem uma política amigável, quando se tem uma interação  
84cultural mais ampla do que por mera imposição do poder econômico ou do  
85poder militar, que em geral tendem a propiciar reações negativas; Explicou  
86que surgiu dentro da UNESCO um grupo discutindo e propondo a  
87diversidade cultural, não como um problema nem como um obstáculo, mas  
88como uma vantagem, como uma força; Ressaltou que a lógica da  
89diversidade cultural é a da pluralidade de manifestações, é uma lógica do  
90relativismo, sobretudo é uma lógica do diálogo. Relatou que a questão do  
91mundo multipolar que vem surgindo, até o início do governo George Bush,  
92se falava sistematicamente em uma única superpotência, e tudo isso ruiu e  
93ficou claro que o mundo caminha para uma estrutura policêntrica, que é  
94também multicultural; Lembrou que antes a cultura era considerada como  
95algo supérfluo, como um luxo, e que era a área que sempre sofria mais com  
96crise econômica; Frisou que as discussões mais modernas provam que a  
97Cultura é um setor muito dinâmico, que emprega muita gente e gera muita  
98renda, é um setor muito fácil de ativar e principalmente é um setor que os  
99países em desenvolvimento, com pequenos aportes de investimento,  
100possuem capacidade de dar saltos qualitativos muito significativos,  
101enquanto em uma indústria de base, a taxa mínima de investimento é  
102enorme e há grandes problemas para investir nisso, já na Cultura, bastam

103poucas linhas de crédito para ativar o setor; Ressaltou que o Brasil não é  
104mais visto como país de terceiro mundo, como país subdesenvolvido, e que  
105o conceito de país emergente é de um país que é visto de fora, que ainda  
106tem problemas sociais, mas estão começando a superar esses problemas e  
107são países com muito potencial e com muitos recursos; Colocou também  
108que tradicionalmente a atuação internacional do Brasil ficava a cargo do  
109MRE por meio do departamento cultural, mas a partir de 2003 o MinC  
110começou a ter uma atuação internacional; Frisou que entre 2003 e 2005  
111ainda era muito incipiente essa atuação, e que em 2005 com o ano do  
112Brasil na França foi o primeiro ato forte de atuação do MinC na área  
113internacional; Ressaltou que em 2007 foi feito o primeiro Comissariado do  
114mundo, nome que foi substituído depois por Diretoria de Relações  
115Internacionais; Explicou que hoje o Governo Federal conta com duas  
116estruturas de promoção da cultura brasileira no exterior, que tem ainda o  
117MRE com seu departamento cultural, que tem sete divisões e cuida de toda  
118a rede de 129 embaixadas, 12 delegações permanentes, 48 consulados  
119gerais e 25 centros culturais do Brasil no exterior; Relatou que a DRI tem  
120três áreas, uma área de gerência de atuações bilaterais, uma área de  
121gerência multilateral que cuida de fóruns, do Mercosul cultural, UNESCO,  
122CPP Cultural, e por fim, uma área que cuida de projetos especiais que está  
123virando uma área de administração de convênios, cuidando mais da parte  
124da distribuição de recursos; Disse ainda que nos 18 meses da DRI foram  
125constatados alguns problemas, reduziram os tamanhos das equipes,  
126reduziram os mecanismos administrativos e a dispersão da agenda  
127internacional; Colocou também que em face das dificuldades, eles  
128procuraram fazer o planejamento internacional pensando já no período  
1292009-2011; Apresentou os objetivos do MinC na atuação internacional, para  
130nortear os conselheiros do que precisa ser feito na área externa, e disse  
131também que o primeiro ponto seria trabalhar juntamente com o MRE;  
132Informou que a sequência seria trazer o que está no Plano Nacional de  
133Cultura para dentro dessa atuação externa e ainda, ter na promoção  
134cultural uma perspectiva de que é relevante para uma maior projeção do  
135Brasil e para divulgação da diversidade para o fortalecimento das indústrias  
136culturais brasileiras. Informou que o quarto ponto seria defender em fóruns  
137multilaterais e nas negociações internacionais de natureza legislativa e,

138ainda, fomentar a cooperação e o intercâmbio na área da cultura e situar o  
139Brasil como um novo ator internacional capaz de contribuir para o  
140fortalecimento institucional e institucionalizar o desenvolvimento do setor  
141cultural dos países e principalmente do sul-americano da CPLP que são duas  
142áreas prioritárias; Colocou que também deve estimular o diálogo  
143intercultural, intercâmbio do Brasil com outros países, promover o maior  
144acesso da população brasileira à diversidade cultural internacional, ou seja,  
145ser capaz de trazer também coisas interessantes para o Brasil que  
146estimulem nossos artistas e a população em geral; Ressaltou como objetivo  
147também fortalecer os países de língua portuguesa, novas fronteiras de  
148cooperação, favorecer a retomada do diálogo com os setores que  
149contribuíram para a formação do povo brasileiro, responder as demandas  
150do meio cultural brasileiro, contribuir para o debate internacional de  
151políticas culturais e, por fim, estimular a reflexão sobre temas internacionais  
152no âmbito do Conselho Nacional de Política Cultural. O Sr. **Marcelo Dantas**  
153relatou que como marco estratégico para 2009-2011 foram colocadas  
154algumas metas na área bilateral, na área multilateral e na área de  
155promoção da cultura brasileira; o aprofundamento do intercâmbio cultural e  
156nos países da América Latina, Caribe e África; Relatou que na área de  
157promoção da cultura brasileira busca-se uma ampliação dos recursos  
158destinados à promoção cultural brasileira no exterior e informou que já  
159conseguiu aumentar um pouco a dotação para 2010 da DRI, apesar dos  
160cortes em geral na esplanada; Busca-se também a estruturação das ações  
161internacionais de apoio à economia da cultura, uma área que está  
162começando a ser desenvolvida agora na Secretaria de Políticas Culturais, e  
163também uma racionalização dos projetos especiais. Na continuidade, o Sr.  
164**Marcelo Dantas** apresentou as ações que estão sendo desenhadas ou já  
165implementadas para chegar às metas; Ressaltou que foi aprovado na  
166UNESCO, na ação pioneira do IPHAN, um centro de excelência internacional  
167na área do patrimônio, para treinamento e gestão do patrimônio;  
168Apresentou um mapa do mundo, apontando as prioridades da área bilateral,  
169como alguns países da CPLP, como a Angola, Moçambique, Cabo Verde, e  
170na América do Sul, Paraguai, Bolívia, Colômbia, México e Cuba e apresentou  
171ainda, os países que possuem outras iniciativas como Benin, que terá uma  
172semana especial na Bahia, em outubro, Senegal e outros; Relatou que na

173área multilateral, no Mercosul Cultural, as iniciativas que estão sendo  
174realizadas, como a questão do Selo Mercosul Cultural, que é um selo para  
175facilitar a circulação de bens culturais, exposições, cenários de teatros,  
176enfim, dentro da área do Mercosul; e ainda toda a área de patrimônio,  
177itinerários culturais, criação de um secretariado para gerir o que é feito;  
178Relatou ainda que para a CPLP está sendo feita uma cooperação além da  
179cooperação específica bilateral, tem também o DOC TV, que é um DOC TV  
180CPLP, com muitos recursos e é pago basicamente pelo Brasil e por Portugal;  
181Discussões sobre pontos de cultura na CPLP, a qual, a DRI ajudou a fazer o  
182Festival de Teatro da Língua Portuguesa no Rio de Janeiro; Oficinas  
183itinerantes de teatro, e pretende-se fazer de música também, ou seja, fazer  
184o pessoal das artes circular pelos países da CPLP, e isso é muito importante  
185para a Cultura; E por fim, o apoio às iniciativas da sociedade civil. O Sr.  
186Marcelo Dantas informou que sobre a Ibero-América, ele considera  
187importante juntar a CPLP com a Ibero-América; As ações internacionais do  
188Minc na Cúpula Ibero-Americana foram: o estudo do valor econômico da  
189língua portuguesa, a Coordenação do Programa Ibermuseus (IBRAM), a  
190entrada do Brasil nos Programas Iberescena e Iberorquestras  
191(DRI/FUNARTE), a Agenda Afrodescendente nas Américas / Intercâmbio  
192Afro-Latinos, o Programa Ibermedia (ANCINE), o Doc TV Ibero-América e  
193terá também o II Congresso da Cultura Ibero-Americana – “Cultura e  
194transformação social”; Relatou que a área da Promoção da Cultura  
195Brasileira está sendo estruturada ainda, foram abertas três iniciativas de  
196apoio a atividades culturais internacionais com recursos da DRI: Projetos do  
197Ano da França no Brasil; Projetos de cooperação e intercâmbio com países  
198do MERCOSUL, CPLP e Ibero-América; e Promoção da cultura brasileira no  
199exterior. O Sr. **Marcelo Dantas** apresentou ainda as áreas que estão sendo  
200estruturadas, como por exemplo: a Política de Promoção da Língua  
201Portuguesa, o que pode ser feito na questão da Política de Livro e Leitura na  
202CPLP e a Parceria estratégica com Portugal; a Política de Apoio à Literatura  
203Brasileira e ao Setor do Livro, com toda a parte da presença brasileira em  
204Feiras Internacionais, traduções de literatura, filosofia e ciências sociais; a  
205Política de Internacionalização da Arte Brasileira, com a ajuda da SPC e da  
206Funarte para estruturar isso na área de artes cênicas, artes visuais e  
207música. Para concluir, o Sr. Marcelo Dantas informou os eventos realizados

208em 2009, e para o ano de 2010 os compromissos assumidos como, por  
209exemplo: a Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, o Congresso  
210Internacional da Língua Portuguesa que será feito pelo Itamaraty com o  
211apoio da DRI, a Agenda Afro-descendente nas Américas que deverá ser  
212conduzida pela Palmares, a Expo Xanghai, será feito também um grande  
213Mês do Brasil na China e o Mês da China no Brasil, a Reunião Inter-  
214Americana de Ministros da Cultura e a Reunião de Ministros da Cultura do  
215MERCOSUL; Expôs ainda que para o ano 2011, foi assinado pelo Presidente,  
216o Ano do Brasil em Portugal e o Ano de Portugal no Brasil, a EUROPALIA  
217que é um grande festival de artes na Bélgica e na Holanda, e o III Festival  
218Mundial de Artes Negras – III FESMAN, que foi adiado por problemas no  
219Senegal; Informou ainda que para 2012-2014 estão previstos: o Ano do  
220Brasil na China e o Ano da China no Brasil; o Ano do Brasil no México e o  
221Ano do México no Brasil; e ainda a Feira do Livro de Frankfurt (Brasil como  
222país homenageado). E o último ponto, como envolver os Estados e  
223Municípios, como no caso a Bahia e o Benin trabalham, o Paraguai e o  
224Paraná trabalham, também Cabo Verde que tem uma vertente com o  
225Ceará. Após sua apresentação, o Sr. **Marcelo Dantas** concluiu dizendo que  
226essa seria a perspectiva da área internacional e tudo que foi planejado para  
227ser feito, com essa perspectiva de longo prazo, para que tudo seja  
228plantado, para que dê frutos e haja continuidade desse trabalho; Agradeceu  
229pela oportunidade. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC)  
230propôs que o Sr. **José do Nascimento Junior** (Presidente do IBRAM)  
231apresentasse o seu painel para que posteriormente fosse realizado o debate  
232dos dois painéis juntos. **Item 3) Painel: “Instituto Brasileiro de**  
233**Museus”:** O Sr. **José do Nascimento** (Museus) iniciou sua participação  
234cumprimentando os conselheiros presentes; Ressaltou ser um prazer poder  
235apresentar o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e falar da Política  
236Nacional de Museus; Relatou que a Política Nacional de Museus foi lançada  
237no primeiro ano do governo Lula, em maio de 2003 e foi a primeira política  
238setorial que o Ministério lançou; Disse que essa política nacional atende a  
239uma demanda antiga do setor museológico brasileiro, visa à organização e  
240o fortalecimento dos museus e que foi organizada em sete eixos  
241programáticos que direcionam as ações do Ministério da Cultura na área  
242museal; Apresentou as principais diretrizes e ações, sendo estas: A gestão



243e configuração do campo museal, com três questões importantes como a  
244Criação do Sistema Brasileiro de Museus em 2004, a Criação do Estatuto de  
245Museus e a Criação do Instituto Brasileiro de Museus; A democratização do  
246acesso aos bens culturais, como exemplo, o programa de parceria com o  
247Ministério da Justiça dentro do PRONASCI, de pontos de memória e que tem  
248dado bastante repercussão; O financiamento e fomento para museus, que  
249teve um grande aumento no orçamento para a área museológica; e a  
250Criação de editais: MINC/IBRAM de Modernização de Museus e Mais  
251Museus; BNDES do Programa de Apoio a projetos de Preservação de  
252Acervos; CAIXA do Programa Caixa de Adoção de Entidades Culturais e  
253Programa Caixa de Revitalização do Patrimônio Histórico e Cultural  
254Brasileiro; e PETROBRÁS do Programa Petrobrás Cultural. Informou que  
255outro eixo seria a Formação e Capacitação de Recursos Humanos, onde há  
256uma ação muito forte de oficinas por todo o país, onde desde 2004 já foram  
257capacitadas mais de 25.000 profissionais de museus por meio de oficinas  
258diversas e houve também a criação de 10 novos cursos de graduação em  
259Museologia, totalizando 11 cursos no país; Ressaltou ainda que outro eixo  
260que se destaca é o eixo de Informatização de Museus, com todo um  
261conjunto de ações do Cadastro Nacional de Museus, do Observatório de  
262Museus e de Centros Culturais, e ainda, a informatização de acervos  
263museológicos que está em desenvolvimento; Ressaltou também a aquisição  
264e gerenciamento de acervos, com uma série de aquisições como, por  
265exemplo, o Museu Nacional de Belas Artes, Museu Histórico Nacional, Museu  
266Imperial, Museu da República, Museu da Inconfidência, dentre outros;  
267Explicou que outro eixo importante era o eixo da Modernização de Infra-  
268Estruturas Museológicas, e que o próprio edital de modernização tem  
269possibilitado o conjunto de museus do país a avançar e a se modernizar;  
270Informou que o IBRAM foi sancionado e votado no Congresso Nacional,  
271aprovado em dezembro de 2008 e sancionado em 20 de janeiro de 2009  
272pelo presidente Lula e a posse da diretoria foi em maio deste ano, portanto,  
273encontra-se nesse momento em pleno processo de estruturação do  
274Instituto; Apresentou o organograma, contendo uma Diretoria de Difusão,  
275Fomento e Economia, a qual, a Diretora é a Sra. Eneida, uma Coordenação  
276Geral de Sistemas de Informações Museais, uma Diretoria de Processos  
277Museais e uma Diretoria de Planejamento e Gestão Interna, dentro dessas

278diretorias têm todo um conjunto de ordenações importantes que vão dar o  
279perfil de uma gestão moderna para os museus; Demonstrou o Estatuto de  
280Museus, que tem sido um instrumento importante e que o Estatuto prevê  
281legislação específica para orientar e auxiliar as instituições museais em suas  
282tarefas de rotina, com normas de preservação, conservação, restauração e  
283segurança dos bens artísticos, tais como a obrigatoriedade de um plano  
284museológico e de um programa de segurança; Disse também que além de  
285criar normas gerais reguladoras, o Estatuto busca contribuir para uma  
286definição mais ampla do conceito de museus, estabelece os procedimentos  
287de criação de instituições museológicas, identifica suas funções e  
288atribuições e regula atividades específicas; Relatou que a respeito dos  
289investimentos, como em outras áreas da cultura, o dinheiro colocado nunca  
290é suficiente para dar conta do tamanho do déficit que existia na área  
291cultural brasileira, e por isso, foram criados instrumentos de fomento e  
292financiamento diversificados com critérios públicos de seleção de projetos, e  
293frisou que o investimento na área de Museus saltou de R\$24 milhões em  
2942003 para R\$119,5 milhões em 2008, portanto, foi um salto significativo do  
295ponto de vista percentual, mas do ponto de vista do déficit do investimento  
296ainda carece de um incremento orçamentário ainda muito grande;  
297Apresentou um quadro de investimentos, onde mostrou a evolução  
298orçamentária de 2001 até 2008, que passa pelo Mecenato, pelo Monumenta  
299e pelo FNC/Tesouro, portanto, a somatória do sistema MinC deu em 2008  
300em torno de R\$ 119.000.000,00; Informou que neste ano de 2009 já se  
301chegou em torno de R\$ 40.000.000,00, com um aporte de mais R\$  
30220.000.000,00 o que possibilitou um salto importante nessa área, disse  
303também que certamente com a implantação do IBRAM a demanda  
304aumentou muito e de fato a área estaria cada vez mais organizada no  
305sentido de reivindicar um conjunto de investimentos significativos;  
306Exemplificou também que o Ministério da Cultura, nas áreas dos museus, na  
307lei orçamentária existem algumas proporções importantes como, por  
308exemplo, se pegar os R\$ 42.927.833,00 divididos pelos 2.705 museus  
309existentes no país resultaria em R\$ 15.869,80 por Museu/Ano, o que é  
310considerado pouquíssimo do ponto de vista de investimento, e ainda, se  
311forem dividir os R\$ 42.927.833,00 por 29,7 milhões de visitantes por ano  
312resultaria um investimento de R\$1,43 por visitante, o que sugere

313pouquíssimo investimento e alto retorno dentro da economia da cultura; Na  
314continuidade, apresentou ações importantes, como os editais, os editais  
315para a área museológica de 2004 a 2009: a política de editais e prêmios do  
316IBRAM investiu cerca de R\$ 45 milhões em 384 projetos de museus não  
317vinculados ao Ministério da Cultura; foram lançadas cinco edições do Edital  
318de Modernização de Museus para apoio a projetos para aquisição de acervos  
319museológicos, equipamentos e materiais permanentes; foram lançadas  
320duas edições para apoio à criação de museus em cidades com até 50 mil  
321habitantes que não possuem instituição museológica. Informou que o total  
322investido em editais foi de R\$ 45.275.978,33, o total de projetos apoiados  
323foi de 384, contemplados os 26 Estados e o Distrito Federal, sendo 46%  
324cidades do interior e 54% capitais; Relatou que a preocupação com a  
325qualificação dos profissionais de museus levou à criação do Programa  
326Nacional de Formação e Capacitação em Museologia, disse também que a  
327capacitação é um processo muito importante, tendo mais de 25 mil  
328participantes capacitados, um programa com 458 oficinas realizadas,  
329seminários e fóruns, desde 2003, e só neste ano de 2009 serão mais de  
330200 oficinas em todos os Estados e em todas as regiões do país, o que gera  
331a possibilidade dos museus se qualificarem; Informou que conseguiram  
332através do Ministério da Educação juntamente com o REUNI ter uma rede  
333de cursos de museologia em todas as regiões do país; Fez um aparte sobre  
334o Programa de Qualificação de Museus para o Turismo, que tem um aporte  
335importante do Ministério do Turismo na questão financeira e tem como  
336diretriz aumentar a atratividade dos museus frente ao público em geral,  
337integrando-os ao circuito turístico cultural de modo a fortalecer essa  
338modalidade de turismo no país; Ressaltou inclusive, que serão oferecidos  
339cursos de línguas para os funcionários, qualificação dos espaços para  
340receber os turistas nacionais e estrangeiros, principalmente nas cidades que  
341irão receber os grandes eventos como a Copa 2014, de forma a torná-los  
342um atrativo aos visitantes e valorizados como equipamento cultural pela  
343comunidade local; Relatou outro programa importante, Pontos de Memória,  
344onde a expectativa é que a iniciativa se transforme numa referência para a  
345comunidade e num ponto de dinamização das atividades culturais e sócio-  
346educativas locais. Relatou ainda que a Semana Nacional de Museus além de  
347um processo importante é o principal evento do ano, com uma visitação de

348mais de três milhões de pessoas em todo o país, com mais de 2.000  
349eventos este ano, mais de 700 instituições participando, o que gera maior  
350visibilidade aos museus; Informou que a Primavera de Museus, que tem a  
351iniciativa de edição anual, na primavera, a fim de sensibilizar os museus  
352brasileiros para temas amplos, e disse ainda que este ano acontecerá a 3ª  
353edição em setembro, com o tema Museus e Direitos Humanos; Relatou  
354também que antes da Política Nacional de Museus, que foi criada em 2003,  
355só existiam duas universidades que ofereciam o curso superior de  
356graduação na área da museologia, a UNIRIO (RJ) e UFBA (Salvador), hoje  
357com uma ação com o Ministério da Educação e com a ANDIFES, existem  
35811 instituições brasileiras que oferecem a graduação, e ao final de 2010  
359serão 15 instituições federais em todo país; Frisou que nesse processo  
360criou-se também a Pós-Graduação ao nível de mestrado na Universidade  
361Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) na área da museologia que já  
362está indo para o Doutorado, que será o primeiro do país; Informou que  
363tiveram uma vitória importante de trazer a Conferência Geral do ICOM para  
364o Brasil, o Rio de Janeiro foi eleito em 10 de junho no primeiro turno da  
365eleição, na sede da UNESCO, como cidade-sede da 23ª Conferência Geral  
366do Conselho Internacional de Museus (ICOM), que será realizada em julho  
367de 2013, com o tema Museus (Memória + Criatividade = Mudança Social);  
368Informou ainda que o Conselho realiza essa conferência em três e três  
369anos, e que a próxima Conferência será realizada em Xangai, em 2010,  
370quando o Brasil receberá a bandeira do Conselho, simbolizando seu status  
371de nova sede; Frisou a importância da visibilidade e do reconhecimento do  
372que está ocorrendo no Brasil hoje na museologia e nesse campo. O Sr. **José**  
373**Nascimento** colocou que como o Sr. Marcelo Dantas já havia mencionado  
374sobre o Programa IBERMUSEUS, o Brasil foi o primeiro programa no campo  
375da Ibero-América que propôs, com isso, sendo proponente, tem a  
376responsabilidade de coordenar, receber e sediar a unidade técnica desse  
377programa; Informou que logo depois desse programa, foi feito também o  
378Programa de Banco de Leite, feito pela FIOCRUZ, com um enorme sucesso  
379em todo o Ibero-Americano e no campo cultural tiveram a honra de  
380coordenar os 22 países nesse programa. Disse também que seria realizado  
381em Santiago na semana seguinte, com a parceria do IBERMUSEUS e do  
382Comitê Intergovernamental, um evento onde serão decididos um conjunto

383de ações convocatórias e editais para uso desse fundo; Ressaltou que no  
384programa Ibermuseus os principais objetivos são a troca de experiências, os  
385mecanismos multilaterais de cooperação e as ações conjuntas no domínio  
386dos museus e da museologia nos países da Ibero-América. Comentou que o  
387perfil do setor museológico, em números de 2009, soma-se 2.705 museus,  
388sob a responsabilidade desses museus os 142.000.000 bens culturais  
389preservados e ainda, 27.130 empregos diretos no setor; Ressaltou também  
390a evolução da criação dos museus do Brasil, desde o século XIX até 2008, e  
391entre 2003 e 2008 foram criadas 214 novas instituições, e estarão sendo  
392implantados até 2012 mais 89 museus no país, o que mostra o quanto o  
393setor vem avançando e se desenvolvendo nesse período; Na continuidade, o  
394Sr. **José Nascimento** apresentou a distribuição geográfica dos museus  
395pelo país, mapeados por regiões, sendo as regiões Sul e Sudeste as maiores  
396concentrações de museus presenciais por unidade da federação, seguidos  
397pelas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte; Ressaltou que a questão dos  
398municípios sem museu tem sido trabalhada e que é uma questão  
399importante para que o Conselho se debruce, pois se há uma instituição que  
400é a garantia do direito da memória da população, são esses os museus,  
401portanto, esses dados significam que boa parte da população brasileira não  
402está tendo a garantia do seu direito à memória lá na sua base, no  
403município. O Sr. **José Nascimento** finalizou sua apresentação e colocou-se  
404à disposição para o debate. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do  
405CNPQ) abriu as inscrições para o debate, lembrando que haveria meia hora  
406para o mesmo. O Sr. **Álvaro Salmito** (Sistema S) cumprimentou os Srs.  
407Marcelo Dantas e José Nascimento por informações preciosas que ele teve o  
408prazer de conhecer naquele momento; Destacou o bom trabalho que o  
409Ministério está realizando com os países do continente africano,  
410principalmente África Negra; Colocou que, para ele, o século XXI não será  
411apenas o século da Ásia, mas também da África, e considerou ainda, que  
412outro destaque importante são as ações voltadas para o Paraguai, para a  
413Bolívia, para a Colômbia, o que irá pela contramão dos formadores de  
414opinião da grande imprensa, que segundo ele, geralmente só enxergam  
415essa cooperação como se fosse ideológica, da "companheirada"; Frisou que  
416essa ação é o que se espera de um país democrático e popular, e destacou  
417especialmente sobre a fala do Sr. Marcelo Dantas que a volta do México

418para a latinidade está acontecendo não só na Cultura, e que o MinC está se  
419esforçando ainda mais para que isso seja intensivo e rápido, mas  
420principalmente o México estaria percebendo que o NAFTA é uma miragem;  
421Colocou ainda que considerava que as informações apresentadas são  
422preciosas para o Conselho ir adiante. O Sr. **Álvaro Santi** (Música Erudita)  
423cumprimentou os expositores pelo belo trabalho, e indagou ao Sr. Marcelo  
424Dantas sobre a questão do direito autoral; Colocou que havia ficado claro  
425uma mudança de perspectiva no Brasil e perguntou se haveria uma  
426consequente mudança de concepção na política externa e se haveria  
427vantagens para o Brasil no cuidado maior da proteção do direito autoral. Na  
428sequência, o Sr. **Michel Etlin** (Associação Nacional de Entidades Culturais)  
429ressaltou que seguramente o MinC deveria ter contato quase que diário com  
430as embaixadas em Brasília, para que estes ajudassem no acordo de  
431cooperação cultural de seus países com o Brasil. A Sra. **Dulce Tamara**  
432**Lamego** (Dança) parabenizou as exposições dos colegas; Alegou ser  
433lamentável não ter maior visibilidade, disse que se sentia privilegiada por  
434estar tendo acesso aos trabalhos do MinC, mas que isso precisava ser  
435colocado para o povo para que soubessem da questão dos museus;  
436Ressaltou que se sabe o quanto houve avanço nesse país, e comentou que  
437na dança, principalmente no Mercosul, África e Cuba, tem-se o uso da  
438Dança nas feiras, com expressão folclórica para os turistas; Propôs ainda  
439que quando se pensar em edital de viagem com grupo de dança, que se  
440tenha tratamento diferenciado e que tenha política específica para esses  
441grupos culturais. O Sr. **Marcelo Dantas** (Ministério da Cultura) agradeceu  
442pelos comentários e respondeu os questionamentos feitos pelos  
443conselheiros; Esclareceu ao Sr. Álvaro Santi que efetivamente quando a  
444imprensa ataca achando que é coisa de “companheirada” é porque ela não  
445sabe mesmo como é que se faz, e disse ainda, que quanto à questão do  
446México que realmente eles estão mudando de mentalidade e buscando o  
447Brasil para o diálogo; Frisou e exemplificou que se tem trabalhado muito  
448com museus e não só na questão de cooperação internacional, mas também  
449internamente; Colocou que na parte do direito do autor, o Brasil, como um  
450país que tem uma economia como a da Cultura cada vez mais significativa,  
451passa a ter um maior valor, disse também, que dependendo da estrutura  
452empresarial que você tenha, o lucro para o país é maior ou menor com a

453atual circunstância da legislação de direito do autor; Sugeriu uma exposição  
454detalhada do diretor da área de direito autoral, o Sr. Marcos Souza;  
455Respondeu à colocação da Sra. Dulce sobre a questão da visibilidade que é  
456preciso ainda fazer um site estruturado sobre a área internacional, dialogar  
457mais com a sociedade civil que é um parceiro importante; Frisou que a  
458dança é muito importante e que estão sendo reformuladas as questões de  
459passagens e viagens para poder favorecer os grupos. O Sr. **Gustavo**  
460**Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) encerrou as inscrições da primeira  
461parte de debates e passou a palavra ao Senhor Bruno. O Sr. **Bruno**  
462**Monteiro** (Artes Visuais) corroborou as falas da Sra. Dulce, do Sr. Michel  
463Etlin e do Sr. Marcelo Dantas; Ressaltou que a relação custo benefício pode  
464ser estratégia, e indagou quais são as metas e os objetivos a partir de  
4652010; Por fim, questionou como se mede essa amplitude em que não se  
466estabelece uma hierarquia entre as representações internacionais. O Sr.  
467**Paulo Ormino de Azevedo** (Patrimônio Imaterial) comentou que a  
468divulgação da cultura brasileira em país do exterior esbarra em um bloqueio  
469verdadeiramente incrível como, por exemplo, na questão do audiovisual, do  
470cinema, dos grandes estúdios distribuidores internacionais que detém não  
471apenas a distribuição, mas pior do que isso, as cadeias de exibição; Frisou  
472que a questão do livro editado no Brasil tem dificuldade inclusive de entrar  
473no mercado português, e muito mais nos mercados luso-africanos; O Sr.  
474**Marcelo Dantas** (Ministério da Cultura) respondeu ao Sr. Paulo Ormino  
475dizendo que estava de pleno acordo com as observações feitas e informou  
476que em relação ao audiovisual, sobre a grande barreira, o que se tem  
477buscado fazer foi em primeiro lugar um acordo de co-produção que facilite a  
478distribuição, e sobre a questão do livro colocou que não considera que as  
479barreiras sejam tão grandes quanto parece, e com o acordo ortográfico  
480facilitou muito a circulação do livro brasileiro nos países da CPLP; Ressaltou  
481que é a favor da criação de uma instituição que cuide melhor da cultura  
482brasileira, com uma vocação externa maior e por fim, quanto à parte da  
483televisão, que se pode corrigir essa imagem e aproveitar toda a força de  
484mercado, dos produtores independentes e enfim, tudo isso tem crescido  
485também; Finalizou dizendo que teriam outras perguntas para ele responder,  
486mas devido ao tempo curto, ficariam para depois. O Sr. **José do**  
487**Nascimento** (IBRAM) agradeceu a oportunidade e informou que de fato é

488importante que o Conselho se debruce em uma política de memória ampla e  
489que a questão dos museus não são só equipamentos, são processos  
490importantes e que a partir da criação do IBRAM no Ministério da Cultura  
491como um instrumento importante para a consolidação dessa política;  
492Ressaltou que tudo que o homem produz é possível ser musealizado e que é  
493possível pensar em todos os tipos e universos de museus, e esse desejo de  
494memória que a população vem desenvolvendo é importante que se canalize  
495pra esse tipo de ação; Relatou que é fundamental que todos os setores da  
496área da cultura que estão na reunião representados tenham claro que para  
497o IBRAM todas as áreas são possíveis de dialogar no campo dos museus,  
498fez breves comentários e finalizou sua participação naquele painel  
499colocando-se à disposição do Conselho para outras ações e outras  
500discussões. O Sr. **Antônio Carlos Vieira** (Museus) relatou que a questão  
501da informação não acontece dentro do próprio Conselho, e informou que na  
502área do museu existe um boletim eletrônico semanal que o IBRAM emite  
503que dá uma visão completa; Sugeriu que se os conselheiros tivessem  
504interesse, que esse boletim também fosse enviado aos conselheiros, para  
505que eles conhecessem todo o trabalho e toda a dinâmica atual da área  
506museológica. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) encerrou  
507os trabalhos pela manhã e convidou os conselheiros para o intervalo de  
508almoço. Abrindo a sessão do período da tarde, o Sr. **Gustavo Vidigal**  
509(Secretário-Geral do CNPC) apresentou Excelentíssimos Ministros da Cultura  
510e do Turismo, Sr. Juca Ferreira e Sr. Luiz Barreto; Informou que após o  
511painel haveria um tempo reservado ao debate e passou a palavra ao Sr.  
512Juca Ferreira (Ministro da Cultura). **Item 4) Painel: "Cultura e Turismo":**  
513O Exmo. Sr. **Juca Ferreira**, Ministro de Estado da Cultura, cumprimentou a  
514todos os presentes e ressaltou a importância da conversa com o Ministro do  
515Turismo, Luiz Barreto, e a importância da economia do turismo cultural;  
516Informou que em breve será lançado o Parque das cidades históricas, e que  
517foi demandado à Ministra Dilma para incorporar as cidades históricas com  
518um componente importante do PAC na medida em que são cidades que têm  
519os mesmos problemas das outras, com as dificuldades da limitação de uso  
520que os tombamentos criam para a gestão desses centros urbanos; Colocou  
521que pela experiência do Ministério da Cultura e do IPHAN, não basta cuidar  
522dos prédios tombados, que é preciso um ordenamento urbano e do entorno



523dessas cidades para permitir que os serviços tenham qualidade, que a  
524educação incorpore a singularidade de cada uma dessas cidades, então que  
525todas essas dimensões de alguma maneira unem o turismo e a cultura,  
526porque o turismo tem nessas cidades um dos principais destinos e toda  
527estrutura turística brasileira; Informou que é decisivo para a cultura porque  
528são traços identitários da história da cultura brasileira, um conjunto que  
529certamente irá para um pouco mais de 200 cidades brasileiras, muitas já  
530estariam tombadas e em processo de avaliação, e que algumas são  
531patrimônios da humanidade e lembrou que esse PAC é um programa com  
532uma parceria principal com o Ministério do Turismo e evidentemente com a  
533Casa Civil que é o Ministério coordenador dos PACs; Saudou o Ministro Luiz  
534Barreto, reconheceu a sua predisposição de trabalho conjunto, com a  
535política de museus, política de patrimônio em geral, tem contribuído com a  
536política junto aos povos indígenas, um processo crescente que vêm  
537consolidando essa relação; Passou a palavra ao ministro do turismo e  
538agradeceu novamente ter aceito o convite. O Exmo. Sr. **Luiz Barreto**,  
539Ministro de Estado do Turismo, cumprimentou a todos os presentes,  
540agradeceu o convite e comentou sobre a parceria e o trabalho realizado;  
541Discursou sobre como o conselho é importante para dar oxigênio às  
542relações com o ministro e com o Ministério, e que tivesse uma constância  
543maior do que tem; Cumprimentou o Ministro Juca Ferreira pelo convite, pela  
544parceria e pelo trabalho realizado; Apresentou o Sr. Airton Pereira,  
545Secretário Nacional de Políticas de Turismo; Cumprimentou os Srs. Marcelo  
546Veiga e o Gustavo Vidigal pelo convite e pelos trabalhos do conselho e  
547colocou que de maneira informal era importante essa conversa, que já  
548teriam algumas parcerias e que precisavam socializar e tornar isso de  
549maneira mais freqüente; Informou que possuem ações com o IBRAM, com o  
550IPHAN, algumas questões específicas no gabinete do ministro, mas acho  
551que aqui é um espaço importante para dialogar em grupo sobre as  
552expectativas, sobre como é possível ter um trabalho em conjunto daquilo  
553que é possível ter uma parceria; Frisou que a parceria com o Ministério da  
554Cultura era muito importante, no caso do Ministério do Meio Ambiente  
555também, Ministério das Cidades, enfim, alguns Ministérios que têm relação  
556direta com o Turismo e que queria contar um pouco da história do Ministério  
557para todos, para situá-los rapidamente do que está sendo desenvolvendo

558nos dias de hoje; Informou que é um Ministério muito mais novo que o da  
559Cultura, que ele tem quase seis anos de duração, foi criado em 2003,  
560portanto, é um Ministério pequeno, com poucos funcionários, certamente  
561não tem o volume e a corporação que a Cultura tem em diversas áreas, e  
562tem uma empresa que é a EMBRATUR que faz o trabalho de promoção do  
563Brasil no exterior; Colocou que então a partir de 2003, era um setor  
564também muito carente de políticas públicas mais consolidadas e com uma  
565experiência histórica mais aprofundada, mesmo as entidades privadas do  
566setor tinham pouca experiência e pouco trabalho acumulado, portanto, a  
567criação do Ministério em 2003 de um lado foi uma grande vantagem porque  
568tratou um setor que esteve junto com a indústria e comércio, esteve junto  
569até com a agricultura, dependendo do governo; Ressaltou que esteve com a  
570sensibilidade do presidente Lula, a criação do Ministério organizou-se de um  
571lado um conjunto de políticas públicas, onde lançou o primeiro Plano  
572Nacional de Turismo em 2003-2007, e que encontra-se em vigência agora o  
573segundo Plano Nacional de Turismo 2007-2010. O Sr. **Luiz Barreto** frisou  
574que então de um lado organizou as políticas públicas, estruturou uma  
575divisão social de trabalho com a EMBRATUR e ao mesmo tempo ajudou as  
576sociedades privadas a se organizarem também e a trabalharem de forma  
577mais organizada; Explicou também que o Ministério tem duas instâncias  
578constitutivas dele, o Conselho Nacional de Turismo que reúne em torno de  
57960 entidades privadas e mais ou menos 30 órgãos públicos para estatais  
580que se reúnem conforme o Conselho; Relatou que começou com um  
581pequeno orçamento, em torno de 300 milhões em 2003, e hoje o  
582orçamento é mais ou menos 10 vezes o que era em 2003, um orçamento  
583em torno de 3 bilhões de reais, o que demonstra a vitalidade, o empenho  
584do presidente na área, em compreender como é uma área importante para  
585o desenvolvimento do país e para gerar emprego e renda. Ressaltou que  
586por outro lado, trabalhou-se muito nesses últimos anos para a construção  
587de políticas públicas, e ao mesmo tempo em pensar o turismo de forma  
588mais integrada, não só como destino de sol e praia, na segmentação de  
589lazer e que, de fato, a natureza foi muito especial com o Brasil e a gente  
590tem que trabalhar todo esse lado positivo de ter um conjunto enorme de  
591belezas naturais e certamente fazem o segmento de lazer muito  
592importante; Ressaltou ainda que ao lado desse segmento, tem o segmento

593de business que cresceu muito nos últimos anos, que pagam mais de 30%  
594que a economia do turismo gera, São Paulo é a principal cidade de turismo  
595de negócios, é a 12ª hoje em captação de eventos de negócios, o Brasil é o  
5967º país do mundo em captação de eventos de negócios; Colocou que outro  
597tema muito importante e certamente será importante para a Cultura  
598também e para o Turismo é a Copa do Mundo, uma grande janela para o  
599turismo brasileiro, e que muito do que se pensa para o futuro passa pela  
600organização dos jogos da Copa do Mundo em 2014 nas 12 cidades que  
601foram escolhidas, mas não só nas 12 cidades, nesses 65 destinos; Frisou  
602que outro tema que é muito importante do Ministério é a qualificação, a  
603capacitação profissional e a promoção; Colocou que essa experiência com  
604os oito museus será exitosa, e que tem que se transformar em um  
605programa permanente essa relação do Ministério em relação a alguns  
606museus, e ainda, que essa experiência relacionada ao PAC das cidades  
607históricas também vai nos aproximar em relação ao patrimônio, à memória  
608e uma série de questões; Ressaltou a qualificação profissional, e ainda os  
609eixos importantes para o Ministério, como a hotelaria e outros. Relatou  
610sobre o orçamento, que segundo ele, depende de uma série de questões,  
611inclusive de emendas parlamentares; Discorreu sobre a riqueza cultural do  
612país, sobre a produção associada e os destinos turísticos, temas que cruzam  
613com o trabalho do Ministério da Cultura mais amplo; Relatou sobre o  
614conjunto de atividades e eventos no turismo e sobre a expectativa da copa  
615de 2014. O Sr. **Luiz Barreto** disse que esse ano um rico orçamento,  
616diferente do Ministério da Cultura, que tem um rico orçamento, e que estão  
617vivendo uma fase difícil que é o contingenciamento e informou que dos 3  
618bilhões mencionados por ele anteriormente, 80% está contingenciado, e  
619que essa semana caiu para 77, 76%, portanto, ainda há uma longa batalha  
620com setores que são sempre muito afáveis com o Ministério do Turismo,  
621como o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda; Colocou que  
622vem tentando fazer uma política que normatize essas atividades, o que não  
623é fácil, mas que tem procurado trabalhar com dada realidade, e lembrou  
624que estão com a expectativa da Copa do Mundo; Apelou ao Ministro Juca,  
625pois a Cultura não entrou ainda no grupo executivo que cuida da Copa e ele  
626considera importante que a Cultura esteja presente neste grupo; Informou  
627que de julho de 2010 a julho de 2014 teremos quatro anos, e a promoção

628externa do Brasil vinculada à Copa, e é uma opção do governo, que imagem  
629do país se quer passar, que trabalho se quer fazer do ponto de vista  
630simbólico para passar ao mundo. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral  
631do CNPC) abriu as inscrições para debates, esclarecimentos e perguntas. Na  
632sequência, o Exmo. Sr. **Juca Ferreira** agradeceu ao Ministro do Turismo,  
633Sr. Luiz Barreto e disse que essa relação era promissora e que também  
634achava que o Ministério da Cultura deveria fazer parte da comissão  
635executiva que cuida da Copa do Mundo e que o futebol é uma marca  
636estratégica do Brasil, é esporte, mas é cultura também; Informou ao  
637ministro do Turismo que está preparando uma proposta que será a Bienal  
638Cultural da Capoeira, a capoeira já existe em mais de 150 países, é uma  
639atividade hoje importantíssima; Colocou também que a legislação brasileira  
640só prevê parque ambiental, mas que alguns países do mundo têm parques  
641culturais, e que a legislação e a administração é confusa porque é toda  
642voltada para o meio ambiente, como exemplo, o parque da Serra da Barriga  
643e o Capivara também que é um parque ecológico; Sugeriu então que  
644poderia se trabalhar uma linha e desenvolver uma legislação que  
645compreenda a singularidade dos parques culturais que evidentemente terão  
646uma capacidade de atratividade se forem tratados, potencializados e  
647desenvolvidos; Relatou que foi divulgado em vários países que o turismo no  
648Brasil e no mundo é uma das economias sem chaminés, uma economia sem  
649impactos, e não é verdade, o Brasil tem impactos poderosos na economia  
650do turismo, impactos ambientais, sociais e culturais; Frisou que é evidente  
651que não se pode gerar processos de estruturação sem garantir meios  
652também para que essa experiência de vivenciar com outro seja positiva  
653senão só significa perda de referência em conquistar acesso; Levantou a  
654discussão de como os conselheiros estariam enfrentando esses impactos  
655nessa visão de sustentabilidade. O Exmo. Sr. **Luiz Barreto**, corroborou a  
656fala do Ministro Juca Ferreira e colocou que estão trabalhando para suprir as  
657necessidades das cidades, e que o tema de sustentabilidade é fundamental;  
658Relatou que os mecanismos de convivência não são entraves, e que na  
659questão de ordenamento de comércio informal, deve-se trabalhar no  
660sentido de ordenar e que se qualifique o comércio; Discorreu também sobre  
661os vinte anos da Cultura, sobre incorporar nos materiais da EMBRATUR a  
662diversidade cultural. O Sr. **Américo Córdula** (Secretário da Identidade e

663Diversidade Cultural - MinC) colocou que o Ministério da Cultura tem uma  
664parceria muito grande com o Turismo também nas partes de construção de  
665políticas, então o Plano Nacional de Cultura tem um recorte do Turismo e  
666assim como houve participação da Cultura também no Plano Nacional do  
667Turismo e falou sobre a importância do salão do turismo, sobre a cultura  
668tradicional e ainda da necessidade de pensar em como capacitar os  
669trabalhadores dos Ministérios; Colocou também que dentro do programa  
670Mais Cultura, existe o programa PromoArte, que poderiam juntar ao  
671programa do turismo sem intermediários; Discorreu sobre o Vale Cultura e  
672finalizou sobre as políticas, sobre infância, juventude e idosos, sugeriu que  
673o turismo conhecesse esse espaço dentro da cultura; Ressaltou ainda a  
674questão da sensibilidade, que é trabalhada hoje no Ministério da Cultura,  
675mas que tem um rebatimento importante, lembrando da LGBT, o qual  
676gostaria que esses laços fossem estreitados. O Sr. **José Nascimento**  
677(Presidente do IBRAM) agradeceu a parceria entre os Ministérios do Turismo  
678e da Cultura; Colocou que considera importante essa parceria, do ponto de  
679vista estratégico, ser pensada exatamente como os ministros colocaram,  
680especialmente em eventos indutores como no caso da Copa; Frisou que o  
681legado que esses eventos deixam não podem ser apenas legados de  
682equipamentos esportivos, mas também um legado cultural, sobre a  
683diversidade cultural brasileira. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do  
684CNPC) passou a palavra ao Sr. Luiz Roberto. O Sr. **Luiz Roberto** comentou  
685que ouviu com satisfação uma perspectiva mais aberta e também com  
686preocupação o impacto do turismo que nem sempre tem apenas o lado  
687positivo; Sugeriu que fosse pensada uma política para os museus, a cultura  
688e o turismo, que pensasse não só na valorização, mas também na ideia de  
689troca de perspectivas. O Sr. **Oswaldo Viegas** (Fórum Nacional de  
690Secretários e Dirigentes Estaduais) sugeriu que o exercício fosse conjunto  
691juntamente com os que obtiveram facilidade de produzir no turismo, e que  
692esse momento de presença conjunta dos Ministérios fosse o mais viável  
693para isso; Sugeriu que no momento da presença conjunta dos Ministérios  
694da Cultura e do Turismo, que fosse replicado no Fórum de Secretários e  
695Dirigentes Estaduais de Cultura. O Sr. **Geraldo Moraes** (Indicação do  
696Ministro) chamou atenção para a questão da sustentabilidade, colocou que  
697considera ter muito potencial e colocou como exemplo o audiovisual,

698 exemplo da dificuldade atual. O Sr. **Sérgio Mamberti** (Presidente da  
699 FUNARTE) cumprimentou a todos e colocou que no caso específico da Copa,  
700 ele havia participado das reuniões no Rio de Janeiro e que havia sugerido  
701 não só a participação dos povos indígenas, como também a construção de  
702 um calendário cultural para essa ocasião, que iria desde as manifestações  
703 mais tradicionais até as manifestações das linguagens tradicionais; Frisou  
704 ainda que hoje os festivais tradicionais de teatro, de dança, de música, se  
705 multiplicam pelo Brasil e muitas vezes o Ministério tem dificuldade de estar  
706 apoiando todos esses festivais, festivais que hoje mobilizam a economia de  
707 toda uma região. O Sr. **Maurício Fernando Pestana** (Culturas Afro-  
708 Brasileiras) parabenizou o ministro por todos os projetos que estão em  
709 andamento no Ministério do Turismo e questionou sobre três vertentes que  
710 ele sentiu falta na apresentação, o turismo étnico, as comunidades  
711 remanescentes de quilombos e sobre a valorização da cultura no turismo  
712 étnico no Brasil. O Sr. **Romancil Cretã** (Povos Indígenas) cumprimentou a  
713 todos e questionou sobre o turismo ilegal em terras indígenas; Colocou que  
714 por falta da legalidade, os conhecimentos tradicionais desses povos estão  
715 sendo prejudicados. O Exmo. Sr. **Luiz Barreto** respondeu sobre as  
716 colocações feitas; Ressaltou que esteve recentemente no Vale do Café,  
717 numa região importante no vale da Paraíba, e que se pode pensar  
718 futuramente nesse tema; Frisou que quanto à Copa do Mundo, é uma  
719 grande oportunidade, é um espaço para a cultura, e sobre o calendário  
720 cultural sugeriu que trabalhassem com um calendário de 2010-2014 e que  
721 aproveitem o evento da Copa para pensar em toda a diversidade cultural;  
722 Após suas colocações finais, agradeceu a todos pela oportunidade. O Sr.  
723 **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral Geral do CNPC) agradeceu a presença  
724 do Exmo. Ministério do Turismo Sr. Luiz Barreto pela disposição e fez uma  
725 pausa para o Coffee-Break. **Item 5) Ordem do Dia:** O Sr. **Gustavo**  
726 **Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) retomou as atividades; Colocou para os  
727 conselheiros(as) presentes a ata da 6ª Reunião Ordinária em votação, que  
728 ao ser colocada para o plenário e não havendo manifestações contrárias, foi  
729 aprovada por unanimidade; Na continuidade, o Sr. **Gustavo Vidigal**  
730 (Secretário-Geral do CNPC) tratou do novo formato da Secretaria Executiva  
731 do Conselho Nacional, o que ampliou a força de trabalho; Solicitou a todos  
732 que lessem o Regimento Interno do CNPC, disponível na pasta de cada um,

733para que fosse aprovado posteriormente; Apresentou formalmente o novo  
734representante do Ministério do Turismo no plenário, o Sr. Claudinei Pirelli;  
735Continuando com a ordem do dia, o Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral  
736do CNPC) informou que era preciso substituir o Sr. Roberto Peixe na  
737representação da Comissão Temática do Plano Nacional de Cultura e sugeriu  
738que o Sr. Ignácio Kornowski (Confederação Nacional de Municípios) fosse  
739nomeado titular no lugar do Sr. Roberto Peixe, que colocado para o plenário  
740para votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, chamou os  
741grupos de trabalho de cultura popular e de cultura indígena, os quais  
742fizeram um trabalho ao longo do ano com o apoio da Secretaria da  
743Identidade e da Diversidade, para a apresentação dos relatórios, que  
744segundo o Sr. Gustavo Vidigal, a reivindicação tratava-se da mudança de  
745grupo de trabalho para colegiado. O Sr. **Américo Córdula** (Ministério da  
746Cultura) colocou que a proposta era historizar a atuação na área das  
747culturas populares e na área das culturas indígenas que a Secretaria da  
748Identidade e da Diversidade Cultural começou a trabalhar na primeira  
749gestão no governo; Colocou que a relação com esses segmentos começou a  
750partir do fórum mundial de 2004, onde o Ministério da Cultura articulou a  
751presença de pelo menos 33 povos indígenas e desse esforço saiu uma carta  
752endereçada ao Presidente Lula e ao Ministro Gilberto Gil, no sentido de que  
753fosse criado um grupo de trabalho dentro do Ministério da Cultura tendo em  
754vista que os grupos indígenas não tinham representação e nem diálogo com  
755o Ministério da Cultura; Ressaltou que foi constituído um grupo de trabalho  
756com representantes de todas as regiões do país através de uma portaria e  
757essa política desenvolvida é voltada para o eixo da valorização das culturas  
758indígenas, da criação de editais específicos para os povos indígenas e na  
759participação de definições de políticas; Explicou que com a resolução da  
760implementação do Conselho Nacional de Política Cultural foram  
761estabelecidos os grupos de culturas populares e de culturas indígenas, e  
762agora está sendo pleiteada a transformação em colegiado setorial tendo em  
763vista o acúmulo desses cinco anos desses dois segmentos; Colocou que  
764gostaria então de submeter essa solicitação para o plenário e passou a  
765palavra para a Sra. Paula Simon. A Sra. **Paula Simon Ribeiro** (Culturas  
766Populares) relatou que a criação desse colegiado setorial era um desejo  
767muito antigo, desde 2005, vinha sendo discutido o assunto; Ressaltou que

768naquele momento representava as culturas populares e que em dezembro  
769precisaria de alguém para substituí-la, e quem deverá eleger esta pessoa  
770será este colegiado setorial; Informou que espera que esta pessoa tenha  
771disponibilidade, que conheça bem o processo, que tenha a disponibilidade  
772de sair e viajar, que tenha espírito de colaboração, que tenha espírito de  
773liderança; Comentou ainda que é importante a criação deste colegiado  
774porque seria um elo entre os segmentos culturais e o Ministério da Cultura.  
775O Sr. **Romancil Cretã** (Povos Indígenas) colocou que para os indígenas  
776depois da Conferência Nacional em 2005, através das organizações  
777indígenas, marcaram a primeira audiência com o Ministério da Cultura;  
778Comentou que foram muito bem recebidos e a partir daí começou o grupo  
779de trabalho de Cultura Indígena no Ministério da Cultura; Ressaltou que  
780para o próprio movimento indígena nacional a cultura indígena nunca foi  
781prioridade dentro de uma política, priorizam outros assuntos como terra,  
782meio ambiente, educação, saúde, mas a cultura indígena nunca foi  
783prioridade; Relatou que esse espaço que o Ministério da Cultura criou foi em  
784uma parte onde os indígenas começaram a assumir também, e disse que o  
785próprio Acampamento Terra Livre teve época que nem convidava o  
786Ministério da Cultura para participar, mas que nesses últimos dois anos a  
787participação do Ministério foi muito forte; Frisou que como indígena  
788considera muito importante para o seu povo a criação desse colegiado  
789setorial. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral Geral do CNPC)  
790perguntou ao plenário se o trabalho que o grupo de trabalho fez até aquele  
791momento era de fato, um trabalho consolidado, e se esse salto para o  
792colegiado poderia ser feito. O Sr. **Américo Córdula** (Ministério da Cultura)  
793colocou que o campo das culturas populares e indígenas é muito diverso e  
794amplo, e que considera que os conselheiros carecem desse colegiado até  
795por questão de representatividade; Colocou também que a partir da  
796reforma da lei de incentivo a proposta é a criação de fundos setoriais, e um  
797desses fundos setoriais é o fundo da diversidade cultural e cidadania, da  
798qual é a calha que vão ser utilizados para a aprovação de projetos de  
799diversidade cultural aonde entrariam os projetos indígenas e os projetos das  
800culturas tradicionais. O Sr. **Luís Roberto** (Entidades de Pesquisas) apoiou  
801fortemente as duas iniciativas. O Sr. **Álvaro Santi** (Música Erudita)  
802concordou com o companheiro e saudou a iniciativa, relatou a sua



803 experiência na área da música, e deu todo o seu apoio à cultura indígena e  
804 à cultura popular. O Sr. **Aldenir Paraguassu** (Ministério do Meio Ambiente)  
805 declarou seu voto a favor, justificando ser oportuno e estratégico. O Sr.  
806 **Ignácio Kornowski** (Confederação Nacional de Municípios), por sua vez,  
807 concordou e parabenizou a discussão por culturas tão importantes. O Sr.  
808 **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) colocou em regime de  
809 votação e foi aprovado. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do  
810 CNPC) informou que já tinha uma proposta de composição da Comissão  
811 Temática do Plano Nacional de Cultura, sugeriu a nomeação dos suplentes  
812 da seguinte forma: Sr. Adriano Araújo como suplente do Sr. Álvaro Santi;  
813 Sr. Antônio Carlos como suplente do Sr. Maurício Pestana; Sra. Paula Simon  
814 como suplente do Sr. César Piva; o Sr. GOG como suplente do Sr. Geraldo  
815 Moraes, e o titular Sr. Ignácio Kornowski teria como suplente o Sr. Daniel  
816 Sant'Ana; que colocado para o plenário em votação, foi aprovado por  
817 unanimidade. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) informou  
818 que na proposta de Regimento Interno colocaram uma limitação para  
819 ocorrências de Grupos de Trabalho para Comissões Temáticas, e ainda, que  
820 não teria fôlego para cinco Comissões Temáticas e os cinco Grupos de  
821 Trabalho, então foram estabelecidas duas Comissões temáticas e três  
822 Grupos de Trabalho; Explicou ainda que Grupo de Trabalho tem um prazo  
823 de seis meses de duração e a Comissão Temática tem um prazo de um ano,  
824 prorrogável pelo mesmo período. O Sr. **Paulo Ormino de Azevedo**  
825 (Patrimônio Imaterial) sobre a relação cultura e turismo, colocou que é  
826 preciso chamar a atenção que tem uma interface aí com a questão de  
827 educação, pelo menos de conscientização do turista, não se pode ser  
828 ingênuo acerca dos impactos que o turismo causa; Exemplificou que  
829 Fortaleza é vítima de um turismo predador tremendo e é preciso cuidar e  
830 criar os anticorpos para resistir a esse tipo de coisa; Relatou também que  
831 com relação à Copa, é preciso pensar no pós-copa, e não adiantaria pensar  
832 na visibilidade toda do país se não tiver um programa de sustentação desse  
833 turismo após a realização da Copa. O Sr. **Michel Etlin** (Associação Nacional  
834 de Entidades Culturais) relatou que o grupo de trabalho sobre doação de  
835 acervos para os museus reuniu-se cerca de um mês atrás, onde houve a  
836 participação de uma representante do IBRAM e de um substituto do  
837 Secretário José Herência da SPC, e ficaram de enviar as contribuições para

838que ele avaliasse e colocasse na proposta de anteprojeto de lei, contudo os  
839representantes não enviaram nada. Com o auxílio do Sr. **Marcelo Veiga**  
840(Coordenador-Geral do CNPC) ficou estabelecido que fosse cobrada essa  
841contribuição ao texto. O Sr. **Álvaro Santi** (Música Erudita) lembrou da  
842questão da antecedência do envio da pauta, e recomendou à coordenação  
843que cumprisse o prazo para envio das pautas e das atas, para assim  
844poderem contribuir melhor para as reuniões. O Sr. **Antônio Carlos Vieira**  
845(Museus) corroborou a recomendação do Sr. Álvaro Santi. O Sr. **Fernando**  
846**Rossetti** (Grupos de Fundos, Institutos e Empresas) relatou que gostou  
847muito da reunião e da pauta apresentada, e ressaltou que a ordem do dia  
848só foi feita ao final do dia, e propôs que nas próximas reuniões  
849organizassem uma agenda onde tivesse um dia para as questões mais  
850deliberativas e no outro dia para os painéis, que se fizessem dois blocos  
851separados. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) concordou  
852e agradeceu as sugestões. Nada mais havendo a ser tratado naquele  
853momento, o Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador Geral do CNPC) parabenizou  
854e agradeceu presença de todos e deu por encerrada a reunião. **Pauta do**  
855**dia 26/08/09 – Item 6)** Abertura da Sessão; O Sr. **Gustavo Vidigal**  
856(Secretário-Geral do CNPC) declarou aberta a sessão. O Sr. **Marcelo Veiga**  
857(Coordenador-Geral do CNPC) iniciou os trabalhos. **Item 7)** Painel:  
858“Sistema”; A Sra. **Silvana Meireles** (Secretaria do SAI) realizou a sua  
859apresentação sobre a apreciação que o conselho fez da proposta da  
860arquitetura do Sistema Nacional de Cultura. O Sr. **João Roberto Peixe**  
861(SAI) colocou sua posição sobre as conferências estaduais e municipais que  
862serão elaboradas pela cultura. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do  
863CNPC) indagou se haveriam questionamentos sobre os semi-áridos. A Sra.  
864**Rosa Coimbra** (Dança), relatora eleita pela Comissão Temática do  
865Sistema, iniciou a leitura do Relatório da Comissão do Sistema. O Sr.  
866**Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) colocou em votação, e após  
867deliberações, foi considerado aprovado por unanimidade. **Item 8) II**  
868**Conferência Nacional de Cultura (Pré-Conferências Setoriais);** A Sra.  
869**Silvana Meireles** (Secretaria de Articulação Institucional) relatou que o  
870comitê havia decidido pela existência de facilitadores estaduais que seriam  
871um por estado para dar conta do acompanhamento, da orientação e da  
872sincronia entre as conferências nacional, estaduais e municipais; Colocou

873que no âmbito do comitê executivo foram formadas comissões temáticas de  
874sistematização, uma comissão de mobilização e uma terceira comissão de  
875logística para acompanhar essas três partes da organização da conferência;  
876Informou que haviam passado um documento que orientavam as  
877conferências do Distrito federal e já tinham um calendário com as  
878conferências municipais e que alguns estados mais avançados, que já  
879estavam com quase todas as suas conferências marcadas, como o Acre e  
880São Paulo e frisou que era importante que os conselheiros, em seus  
881respectivos estados pudessem estar nessas conferências estaduais e  
882também nas conferência estadual; Colocou que quanto as pré-conferências  
883setoriais teria havido um avanço, mas a decisão da ampliação ainda não  
884lhes permitira que eles trouxessem os regulamentos dessas pré-  
885conferências fechados e acreditava que nos 10 dias subseqüentes eles  
886estariam prontos e seriam repassados ao conselho. O Sr. **Marcelo Veiga**  
887(Coordenador-Geral do CNPC) abriu para todos aqueles que quisessem fazer  
888inscrições quanto ao que havia sido exposto pela Sra. Silvana Meirelles. O  
889Sr. **Oséas Borba Neto** (Teatro) questionou quanto à colocação de que  
890seriam 19 colegiados, sendo que eles haviam aprovado, no regimento, 135  
891delegados entre 9 colegiados, seguindo uma posição do Ministério da  
892Cultura de que não teria como ter mais de 9 colegiados, assim sendo, a  
893participação de todos os representantes nos nove colegiados compostos,  
894então questionou se o número de participantes seria aumentado;  
895Questionou também com relação aos facilitadores, como funcionaria isso e  
896também quanto aos atuais membros do CNPC, se eles eram membros  
897natos, ou seriam os novos membros eleitos na Conferência Nacional de  
898Cultura e colocou que sua preocupação era que eles estavam discutindo a  
899conferência, organizando a conferência e na realização da Conferência  
900entrariam membros que não haviam participado da discussão; Quanto às  
901pré-conferências regionais, mostrou preocupação quanto à proximidade,  
902para que elas não ficassem prensadas junto às conferências estaduais, pois  
903nos colegiados setoriais eles haviam elaborado os planos setoriais, mas  
904faltava ainda elaborar os regimentos internos desses colegiados, que seriam  
905exatamente o que iria orientar na hora das novas eleições. A Sra. **Maria**  
906**Beatriz de Medeiros** (Artes Digitais) solicitou que detalhassem quais  
907seriam as 19 áreas, e gostaria de saber se haveria um colegiado da "Arte

908Digital”, e não da “Cultura Digital”. O Sr. **Álvaro Santi** (Musica Erudita)  
909observou que na ultima reunião o regimento teria sido aprovado e  
910estranhou o fato de ter aquilo novamente como ponto de pauta; reiterou  
911que a dúvida do Sr. Oséas também era a dúvida dele e lembrou que as pré-  
912conferências setoriais, de acordo com o regimento, seriam realizadas em  
913cada uma das cinco macroregiões; questionou quanto ao entendimento do  
914comitê em relação a isso ou se a proposta era diferente para alguns  
915setores, pois seriam 95 pré-conferências setoriais nas regiões e também  
916colocou uma dúvida quanto ao processo de escolha dos delegados para as  
917conferências, quanto aos delegados estaduais que deveriam ser escolha do  
918comitê, ouvidos os colegiados setoriais, então questionou se haveria uma  
919reunião específica para isso ou se seria colocado na pauta da próxima  
920reunião dos colegiados. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)  
921concordou com a colocação anterior e explicou que todas as questões que  
922não estivessem no regimento seriam decididas pelo Comitê Executivo  
923Nacional no qual o CNPC também teria representação; explicou também  
924que assim que o regulamento das pré-conferências estivesse fechado, eles  
925o levariam aos colegiados pré-constituídos para que fossem submetidos;  
926esclareceu que a estratégia que estava sendo adotada era de fazer uma  
927interp  
928retação ampliativa do regimento, pois o mesmo colocava que  
929necessariamente ocorreriam as pré-conferências das áreas que tinham  
930assento com colegiado constituído, contudo não havia nenhum impedimento  
931para que se pudesse fazer uma interpretação ampla do regimento e ampliar  
932para todas as áreas que teriam assento, pois juridicamente não haveria  
933problema. A Sra. **Silvana Meireles** (Secretária de Articulação Institucional)  
934respondeu que em relação aos colegiados, o número de 135 delegados não  
935poderia ser alterado, pois isso impactaria em toda a conferência, então eles  
936iriam redistribuir esses 135 dentre as pré-setoriais existentes; colocou que  
937quanto às pré-setoriais havia um entendimento do Ministério da Cultura que  
938deveriam ter conferências pré-setoriais só para aqueles segmentos que  
939estivessem suficientemente organizados e tivessem, portanto, passado  
940pelas câmaras e que fossem colegiados e aquele ponto teria sido levantado  
941quando havia se pensado nos GT’s de Culturas Populares e Culturas  
942Indígenas, que estavam organizados e que estariam trabalhando para se

943transformarem em colegiados setoriais, pela oportunidade da conferência e  
944por um diagnóstico que havia sido feito na 1ª Conferência Nacional em que  
945essa questão das artes havia sido pouco contemplada dentro da  
946conferência, inclusive com participação de criadores e de artistas no âmbito  
947da conferência; Quanto aos facilitadores, respondeu que na primeira  
948conferência os facilitadores eram aqueles que estariam com os grupos  
949fazendo a metodologia e o problema qual o Sr. Oséas Borba havia se  
950referido não seria quanto ao facilitador em si, mas sim à metodologia e, a  
951metodologia da 2ª conferência seria distinta da metodologia da 1ª  
952conferência; Explicou que o facilitador seria o representante da parceria  
953OSCIP/Ministério, que seria treinado para acompanhar, tirar dúvidas,  
954discutir o texto-base, explicar como se organiza uma conferência, como se  
955articular as conferências municipais com estaduais, e estaduais com a  
956nacional, como seria a questão dos delegados, provocar a discussão do  
957texto-base e dos demais textos da conferência, seria uma pessoa para  
958esclarecer; Esclareceu que estavam propondo uma alteração regimental  
959quanto ao prazo para organização dos colegiados, para as pré-conferências.  
960A Sra. **Keilah Diniz** (Representante do Comitê Executivo) completou a  
961questão dos facilitadores e informou que havia realizado a oficina dos  
962facilitadores e havia sido delineada qual seria a participação dos  
963facilitadores e qual papel eles deveriam ter e que esse papel seria divulgado  
964aos facilitadores através do blog da Conferência. Informou também que o  
965comitê executivo propôs que o facilitador fosse um elemento a mais nas  
966equipes de representações regionais de forma que ampliasse a possibilidade  
967de presença do Ministério nas conferências estaduais e municipais; colocou  
968que quanto às pré-conferências setoriais, eles haviam optado por não fazer  
969nenhuma alteração no regimento, no artigo 36, mas ampliar a possibilidade  
970dentro do documento de regulação das conferências colocando de forma  
971que poderiam se organizar e poderiam integrar as conferências pré-setoriais  
972as demais áreas mantendo o compromisso do Ministério da Cultura com  
973relação aos colegiados já constituídos. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-  
974Geral do CNPC) passou a palavra aos inscritos. A Sra. **Dulce Tamara**  
975**Lamego** (Dança) questionou se isso seria organizado no colegiado e  
976reiterou a importância de mudar a ideologia dos facilitadores. O Sr.  
977**Adriano Souza Araújo** (Música Popular) colocou que mesmo não tendo

978alteração conceitual do artigo, haveria uma repercussão quanto à  
979composição dos delegados. A Sra. **Solange Lima** (Audiovisual) informou  
980que o Secretário do Audiovisual solicitou que eles se articularassem nos  
981estados, no sentido da Conferência e colocou a disposição para fazerem  
982parcerias com aqueles estados que não estivessem articulados. A Sra.  
983**Maria das Graças de Castro** (Livro e Leitura) colocou que achava que  
984iriam ter problemas com as conferências setoriais diante do tempo e do  
985prazo, por conta de algumas decisões que precisavam ser tomadas, dando  
986como exemplo a reunião do Livro e Leitura. O Sr. **Marcelo Veiga**  
987(Coordenador-Geral do CNPC) reiterou o que foi colocado pela Sra. Maria  
988das Graças, e colocou a posição do Ministério da Cultura, o qual quanto ao  
989artigo 36, que os delegados estaduais seriam os representantes dos estados  
990dos segmentos que iriam para as pré-conferências setoriais; Explicou que  
991nas pré-conferências eles tinham algumas funções além das que tinham nas  
992conferências municipais e estaduais, teriam a discussão do temário e das  
993diretrizes dos futuros planos do segmento; Esclareceu que as pré-  
994conferências elegeriam delegados para a etapa nacional, como também os  
995representantes dos segmentos para os colegiados setoriais; Informou que o  
996Ministério da Cultura já teria propostas de regimento para cada colegiado, e  
997que não havia sido enviado para não ter acúmulo; Colocou como proposta  
998que o representante de cada área no plenário do CNPC ficasse como relator  
999do regimento, para que levasse o regimento até os colegiados e que fossem  
1000feitas as adaptações e contribuições necessárias para que na próxima  
1001reunião do colegiado já tivesse um regimento prévio a ser analisado, assim  
1002como a definição das cadeiras de cada colegiado. A Sra. **Silvana Meireles**  
1003(Secretaria de Articulação Institucional) sugeriu que eles saíssem no mesmo  
1004dia com um cronograma das reuniões e que fosse formado um pequeno  
1005grupo para que fosse fechada a questão das pré-conferências setoriais. A  
1006Sra. **Maria das Graças de Castro** (Livro e Leitura) solicitou que o que  
1007havia sido pactuado na última reunião do colegiado setorial de Livro e  
1008Leitura fosse efetivamente cumprido. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-  
1009Geral do CNPC) colocou que a proposta que seria enviada seria a proposta  
1010com sugestões do colegiado, da última reunião, e também com sugestões  
1011da Coordenação Geral de Livro e Leitura que já haviam sido enviadas, não  
1012seria nada imposto, seria uma sugestão com as propostas que haviam sido

1013compiladas na última reunião. A Sra. **Silvana Meireles** (Secretária de  
1014Articulação Institucional) reiterou que eles teriam que sair da reunião com  
1015um calendário e um cronograma. A Sra. **Keilah Diniz** (Representante do  
1016Comitê Executivo) reiterou a importância do assunto, mas colocou que a  
1017sua proposta seria em relação à realização das pré-conferências setoriais e  
1018se eles pudessem fechar essa questão e depois continuar a discussão dos  
1019colegiados, para que eles fechassem um grupo de trabalho, de 3 ou 4  
1020pessoas, que pudesse representar o conselho na discussão e regulamento  
1021das pré-conferências setoriais. A Sra. **Silvana Meireles** (Secretaria do SAI)  
1022explicou que o numero 135 não poderia ser mudado porque alteraria todo o  
1023regimento das conferências. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do  
1024CNPC) explicou que seriam dois momentos distintos, uma etapa seria a  
1025votação para a etapa nacional, e a outra etapa seria definir quem seriam os  
1026membros dos colegiados, e eles não se confundem, pois quem fosse eleito  
1027para a etapa nacional, não necessariamente precisaria ser do colegiado;  
1028Passando aos encaminhamentos colocou em apreciação uma proposta de  
1029criação de um grupo de trabalho e a questão dos regimentos internos,  
1030então questionou o plenário se eles aprovariam as questões do regimento,  
1031que não dissessem respeito ao colegiado, e as definições de redação seriam  
1032alteradas depois. O Sr. **Oswaldo Viegas** (Fórum Nacional de Secretários e  
1033Dirigentes Estaduais) colocou como questão de ordem que eles deveriam  
1034ter uma reunião específica para resolver a questão de números, de  
1035representantes, que era algo que a comissão poderia resolver. A Sra.  
1036**Silvana Meireles** (Secretaria do SAI) sugeriu que quanto às alterações do  
1037regimento, na primeira parte foram só alterações pequenas, como  
1038adequação de incisos, de artigos, só houve uma alteração substancial na  
1039segunda parte. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)  
1040questionou quanto às alterações feitas no artigo 1º, se estavam todas  
1041aprovadas, o que foi confirmado pelo plenário com as ressalvas feitas pelo  
1042Sr. Oswaldo, e quanto ao item três ao ser colocado em apreciação foi  
1043aprovado sem ressalvas pelo plenário; Convidou os conselheiros para o  
1044intervalo de almoço e informou que em seguida eles voltariam para definir a  
1045questão do item dois, que teria alterações no conteúdo que talvez  
1046demandasse uma explicação; **Item 09) Painel: "Fundos de Cultura e**  
1047**Reforma da Lei Rouanet"**: O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do

1048CNPC) cumprimentou a todos e reabriu a sessão para os trabalhos da parte  
1049da tarde e comentou que o Sr. Marcelo Veiga lembrou que a pauta da  
1050manha não havia sido concluída; Solicitou que o Sr. Alfredo Manevy e o Sr.  
1051Roberto Gomes Nascimento (Ministério da Cultura) expusessem o tema  
1052deles sobre os fundos e a nova lei e concluíssem para que voltassem aos  
1053trabalhos. O Sr. **Alfredo Manevy** (Secretário Executivo - Ministério da  
1054Cultura) cumprimentou a todos e falou sobre a apresentação do Roberto  
1055Nascimento por se tratar de uma demanda do conselho de entender como o  
1056fundo nacional de cultura veio sendo utilizado durante esses anos;  
1057Esclareceu que o relatório já havia sido distribuído e ressaltou o momento  
1058da discussão sobre política cultural no Brasil; Falou um pouco da reforma da  
1059lei Rouanet e das pautas do momento; Falou da enorme informalidade, das  
1060dificuldades de se formar pequenas empresas, das cargas tributárias e  
1061esclareceu que torna-se mais fácil as notas de favor, que não é ilegal, mas  
1062apenas um subterfúgio que se faz permitindo que artistas autônomos e  
1063pequenos produtores paguem impostos e possam trabalhar; Ressaltou que  
1064não seria bom, mesmo sendo legal, pois não serviria de estímulo para a  
1065formalização das relações trabalhistas; Explicou que envolvia lideranças do  
1066*hip hop* do Rio de Janeiro, lideranças da área de dança, lideranças de várias  
1067áreas culturais, envolvendo vários ministérios com o objetivo de formalizar.  
1068O Sr. **Roberto Gomes Nascimento** (Ministério da Cultura) solicitou a  
1069palavra esclarecendo que foi criada a figura do empreendedor individual ou  
1070micro-empendedor individual, mas que os agentes culturais ficaram  
1071excluídos do processo; Colocou a importância de se poder refundar a  
1072cultura sob o ponto de vista do marco regulatório. O Sr. **Francisco Auto**  
1073**Filho** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais) esclareceu  
1074que uma moção estava sendo preparada nesse sentido. O Sr. **Alfredo**  
1075**Manevy** (Secretário Executivo - Ministério da Cultura) retomou a palavra e  
1076solicitou o apoio de todos em relação à lei do empreendedor individual, ao  
1077reenquadramento do Simples; Ressaltou a importância de que o Conselho  
1078fizesse presença nesse grupo de trabalho com alguns representantes;  
1079Comunicou o lançamento do projeto de lei do vale-cultura que já está no  
1080congresso com um potencial de movimentação de sete bilhões ao ano;  
1081Ressaltou que é quase sete vezes a lei Rouanet em termos de incentivo  
1082fiscal, com adesão dos empresários, das centrais patronais e sindicais;



1083Explicou sobre a qualidade do debate público em relação à Lei Rouanet,  
1084com grande apoio da opinião pública, dos editoriais, de entidades, de  
1085artistas e produtores e a consolidação de mudar os mecanismos de  
1086financiamentos à cultura no Brasil, dos diálogos estabelecidos junto aos  
1087maiores empresários que se mostraram muito simpáticos sobre os  
1088incentivos no Brasil e da proposta de parceria em prol de uma reforma, do  
1089custeio privado para incentivar a cultura, que deverá vir em público em  
1090breve, são as maiores empresas estatais e privadas, as empresas estatais  
1091já declararam publicamente que aceitam realizar, em todo projeto cultural,  
1092investimentos privados, que teriam se comprometido a fazer o investimento  
1093mínimo e a aumentar os investimentos a partir da aprovação do novo  
1094projeto de lei; Ressaltou que o custo operacional é imenso e que por isso é  
1095fundamental o apoio público-privado, onde os novos custos de  
1096financiamentos fossem divididos entre os setores público e privado para  
1097estabilizar o sistema e dar mais segurança aos artistas e produtores  
1098garantindo a impessoalidade; Expôs que tudo foi inspirado nas construção  
1099do modelo de avaliação, no modelo FAPESP/CNPq, que é um modelo  
1100consagrado onde os próprios pares emitiam pareceres sobre os projetos dos  
1101próprios territórios culturais onde tem especialidades, vários artistas e  
1102produtores que recebessem apoio público, poderiam ser requisitados para  
1103dar o seu parecer sobre outros projetos de sua área, do seu território, isso  
1104garantirá isonomia e independência nas avaliações e qualidade nessas  
1105avaliações com conhecimento, evitando movimento corporativista negativo.  
1106Esclareceu também que a proposta de reforma referente ao fundo é  
1107desburocratizada, centrado em relacionar-se com pessoas físicas com ou  
1108sem fins lucrativos, no acompanhamento para que a prestação de contas  
1109seja mais inteligente e menos contábil, mais focada no produto cultural  
1110propriamente dito, no acompanhamento como no caso de programações  
1111seguindo padrões de excelência nos seus critérios e finalidades de políticas  
1112culturais com um capitalismo moderno para o Brasil na área da cultura com  
1113objetivo de favorecer a todos os artistas novos ou já consagrados; Relatou  
1114que o Ministro enviaria uma carta de agradecimento a todos que  
1115contribuíram com mais de cem acréscimos e emendas reunidas na consulta  
1116pública e que o projeto atual estava mais maduro, consistente e equipado  
1117do ponto de vista técnico, legal e político. O Sr. **Marcelo Veiga**

1118(Coordenador-Geral do CNPC) complementou a fala do Secretário-Executivo  
1119lembrando que o Conselho já tinha um grupo de trabalho que discutia a Lei  
1120Rouanet. O Sr. **Francisco Auto Filho** (Fórum Nacional de Secretários e  
1121Dirigentes Estaduais) solicitou que houvesse um representante no Re-  
1122cultura que era um grupo recém formado. O Sr. **Alfredo Manevy**  
1123(Secretário Executivo - Ministério da Cultura) retomou a palavra ressaltando  
1124um aspecto do Fundo Nacional de Cultura que seria apresentado ainda, o  
1125velho fundo nacional criado pela Lei 8.313, que apesar de precário e  
1126burocrático teria permitido alguns avanços, apesar das dificuldades, que  
1127não houve personalidade própria no orçamento do Ministério; Lembrou  
1128alguns pontos citados anteriormente quanto à reforma. O Sr. **Roberto**  
1129**Gomes Nascimento** (Secretário de Incentivo e Fomento à Cultura - MinC)  
1130cumprimentou a todos, falou sobre a pauta que foi elaborada em função de  
1131dados abordados na última reunião do Conselho, da função do Conselho na  
1132elaboração de diretrizes para a execução financeira do Ministério, lembrou  
1133que o Osvaldo sugeriu que os dados fossem disponibilizados e, com isso, foi  
1134determinado pelo Conselho; Falou sobre a mudança significativa do  
1135Ministério e que havia sido consolidada uma proposta de mudança que  
1136prevê modelo de governança onde o Conselho preserva-se na elaboração de  
1137diretrizes para a execução financeira, a dimensão CNIC foi redesenhada  
1138inclusive no projeto de lei e contemplou instância de elaboração de critérios  
1139e parâmetros para a destinação desses recursos. Foi criada também no  
1140âmbito do Ministério uma Comissão do Fundo Nacional de Cultura integrada  
1141exclusivamente, pelas secretarias e unidades vinculadas para a definição de  
1142um parâmetro; Lembrou que a gestão dessa informação apesar de a SEFIC  
1143ser muito identificada com a questão do Fundo Nacional de Cultura e  
1144executar um percentual, inclusive via editais que geram impacto  
1145significativo no campo cultural historicamente, que o Fundo é muito maior e  
1146que formalmente está sob a gestão da Secretaria Executiva, na diretoria de  
1147gestão estratégica com o Secretário, o Sr. Jefferson Boechat, antes as  
1148informações eram consolidadas pela DGI, que tinha toda a série histórica,  
1149porém com a chegada do Sr. Jefferson foi identificada a falta de parâmetros  
1150sobre o ponto de vista da identificação do comportamento do Fundo sobre o  
1151recorte regional e suas classificações por segmentos culturais e pela  
1152destinação regional desses recursos; Destacou o belo trabalho que foi feito

1153pela DGE e que teve início antes da demanda do Fundo; Explicou que  
1154estavam sendo impressas notas técnicas da DGE sobre o Fundo Nacional de  
1155Cultura com a série histórica de 2003 a 2008, mostrando a distribuição  
1156percentual por região, em valores absolutos regionais, a distribuição de  
1157recursos FNC, sem o fundo setorial de audiovisual com diversas informações  
1158com gráficos e relatórios para que todos tenham uma radiografia completa  
1159da execução do Fundo Nacional de Cultura a partir dos dados que estavam  
1160estruturados e que permitiram as tabulações; Citou que com o advento do  
1161SICONV e da execução do Fundo que se deu, os relatórios ficaram muito  
1162mais específicos e que já tinham começado a construir uma nova  
1163perspectiva nas informações a partir de 2009, mas é importante que cada  
1164um se debruce sobre o material e analisem com atenção as informações  
1165porque são importantes; Parabenizou o trabalho da DGE pela necessidade  
1166de haver essa sistematização e que foi necessário correr para atender ao  
1167calendário da reunião e para que pudesse ocorrer o diálogo sobre o FNC,  
1168aonde a SEFIC esteve junto sugerindo as tabulações e gráficos para facilitar  
1169a visualização, pois a nota técnica é um elemento balizador para um salto  
1170de qualidade na perspectiva do planejamento do Pronac anual e também na  
1171atribuição do Conselho, que é a definição das diretrizes que vão orientar  
1172esse Plano; Esclareceu que a idéia era de abordar o plano anual e  
1173especificamente a função da elaboração de diretrizes do coletivo, com a  
1174perspectiva de 2010. As diretrizes do PPA e LDO, que são instrumentos de  
1175gestão de governo e que forçam a identificação de metas, e como trata-se  
1176de um plano plurianual prevê a realização de 2008 a 2011; Falou sobre a  
1177execução do Pronac esclarecendo dados e comentou que, a título de  
1178provocação, foram construídas seis propostas de diretrizes para discussão  
1179nesse coletivo, que são o fomento a criação do Sistema Nacional de Cultura,  
1180promoção e proteção das identidades culturais brasileiras, fomento às artes  
1181e expressões experimentais, ampliação do acesso de brasileiros à fruição e  
1182produção cultural, consolidação dos sistemas de participação social na  
1183gestão de políticas públicas culturais e a qualificação e formação de  
1184trabalhadores do campo cultural brasileiro; Apresentou a Sra. Maria Claudia  
1185Cabral como Coordenadora da Dimensão do FNC e a Sra. Teresa Cristina,  
1186Diretora de Incentivo da SEFIC; Distribuiu a nota técnica e concluiu falando  
1187sobre o trabalho de sistematizar todos os programas e editais praticados

1188pelo ministério relacionando com os critérios de cada edital. O **Sr. Marcelo**  
1189**Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) fez uma observação sobre os dados  
1190esclarecendo que seriam entregues impressos e seriam enviados por email;  
1191Ressaltou a importância da sugestão da formação de um Grupo de Trabalho  
1192e lembrou a formação do Grupo de Trabalho da Lei Rouanet e que o mesmo  
1193poderia ser ampliado para trabalhar as questões citadas. O Sr. **Ignácio**  
1194**Kornowski** (Confederação Nacional de Municípios) cumprimentou a todos e  
1195comentou que em relação ao vale-cultura a repercussão foi fantástica, com  
1196muito entusiasmo por parte dos gestores públicos municipais por poderem  
1197remunerar os seus artistas locais; Colocou que as prefeituras estão  
1198enfrentando problemas com muitos projetos contemplados no Fundo  
1199Nacional de Cultura e que estaria faltando a contrapartida para a execução  
1200dos mesmos, e como terceiro ponto ressaltou que havia carência de dados  
1201como o Sr. Roberto colocou. O Sr. **Oswaldo Viegas** (Fórum Nacional de  
1202secretários estaduais) colocou que na reunião passada havia a necessidade  
1203de estabelecer as diretrizes das aplicações do Fundo. Parabenizou a equipe  
1204por já ter trazido o relatório que é de fundamental importância. O Sr.  
1205**Roberto Gomes Nascimento** (Secretário de Fomento e Incentivo à  
1206Cultura - MinC) explicou que o fechamento das diretrizes seria feito até 30  
1207de novembro e explicou que era um instrumento interno do Ministério que  
1208seria publicado no DOU, mas que dependia da Comissão do Fundo Nacional  
1209de Cultura. O Sr. **Oswaldo Viegas** (Fórum Nacional de Secretários e  
1210Dirigentes Estaduais) lembrou do grande problema que era a dança no país,  
1211e da necessidade de rever as diretrizes ano a ano, que a pré proposta era  
1212ampla para que todo investimento coubesse; Citou a frase que definia que  
1213planejar era alocar recursos escassos em demandas que competiam entre  
1214si; Sugeriu que fosse feito um primeiro exercício para que ajustasse o  
1215trabalho. A Sra. **Dulce Tamara Lamego** (Dança) cumprimentou a todos e  
1216colocou que em relação ao Grupo de Trabalho da Lei Rouanet foi convocado  
1217e não tiveram tarefas ainda. O Sr. **César Piva** (Inclusão Social por  
1218Intermédio da Cultura) falou das dúvidas e disse ser necessária a  
1219convocação de um grupo especial ou ampliar a possibilidade de consulta  
1220para todo o Conselho por achar que era muito importante a questão do  
1221Fundo e a necessidade de ampliação do prazo. O Sr. **Álvaro Santi** (Música  
1222Erudita) fez uma proposta de encaminhamento para que o Grupo de

1223Trabalho fosse transformado em uma Comissão Temática de financiamento  
1224da cultura porque aí ficaria permanente e trataria sempre do tema. O Sr.  
1225**Francisco Auto Filho** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes  
1226Estaduais) interrompeu e propôs que se abrisse o ingresso de mais  
1227conselheiros para o Grupo de Trabalho. O Sr. **Marcelo Veiga**  
1228(Coordenador-Geral do CNPC) esclareceu ao Sr. Álvaro Santi quanto à  
1229definição do Grupo de Trabalho, que estudaria o que saiu da Casa Civil e  
1230que o relatório seria enviado ao relator no Congresso e as Comissões para  
1231os deputados. O Sr. **Álvaro Santi** (Música Erudita) fez uma ponderação  
1232sobre uma notícia que havia saído no estado de São Paulo no dia 19 de  
1233agosto e que foi reproduzida na página do Ministério sobre modificações  
1234resultantes da consulta pública, falou sobre fundos setoriais e sobre o  
1235conteúdo da nota da criação dos fundos de artes cênicas, fundo de  
1236literatura, das humanidades; Manifestou o desejo de que fosse criado o  
1237fundo de música e colocou que deveria existir um fundo único ou de todos  
1238os setores representados no colegiado. A Sra. **Solange Lima** (Audiovisual)  
1239parabenizou pelo vale-cultura e falou da sua preocupação com o cinema e  
1240com o uso do vale-cultura, falou que na palestra da França perguntaram ao  
1241representante da ANCINE da França como eles controlavam a demanda e  
1242eles responderam que trabalhavam com a coalizão e com a convenção da  
1243UNESCO, que onde não havia esse alinhamento não teria o apoio de verbas  
1244da França e que, no caso, os filmes dos Estados Unidos ficavam de fora. O  
1245Sr. **Geraldo Moraes** (Indicação do Ministro) cumprimentou pelo trabalho  
1246realizado e perguntou como havia ficado a questão do cinema e se havia  
1247algum detalhamento sobre a diversidade cultural, se o teatro regional não  
1248estaria contribuindo com a diversidade cultural. O Sr. **Danilo Miranda**  
1249(Sistema "S") cumprimentou a todos e a riqueza de propostas e colocações  
1250em todos os níveis; Ressaltou os seguintes aspectos, em relação ao vale-  
1251cultura que achou fundamental para atender à demanda de determinados  
1252tipos de serviços culturais que não eram oferecidos como cinemas, livrarias,  
1253entre outros, e sugeriu que o Ministério cuidasse da questão da produção,  
1254da qualidade do que seria oferecido; Falou da delicadeza em definir o que  
1255deveria ou não deveria ser cultural e como segundo aspecto ressaltou a  
1256questão da nota de favor e da nota fria e que achava que as duas eram  
1257ilegais por que se alguém emitia a nota sem estar vinculada àquela

1258instituição estava errado; Questionou a necessidade da nota para o tipo de  
1259serviço artístico prestado e concluiu que a grande questão dizia respeito à  
1260descoberta de um caminho que pudesse oferecer alguma relação, mas que  
1261não fosse uma relação comercial normal. A Sra. **Solange Lima**  
1262(Audiovisual), ressaltou que a estratégia da UNESCO era boa. A Sra. **Maria**  
1263**das Graças de Castro** (Livro e Leitura) ficou satisfeita por ter informações  
1264que serviram de respaldo para dar satisfações sobre as ações do Conselho;  
1265Colocou a preocupação e reclamou com relação aos fundos sobre a lei do  
1266livro, já que existia um fundo anterior que não havia ficado resolvido e que  
1267surgia um novo fundo de leitura e humanidades; Falou também das  
1268dificuldades dentro das editoras públicas e que era necessário encontrar  
1269uma saída para essas editoras. O Sr. **Francisco Auto Filho** (Fórum  
1270Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais) ressaltou que o vale-cultura  
1271não poderia sofrer nenhuma restrição, pois seguia a lógica do vale-refeição  
1272respeitando a escolha do cidadão, que devia permanecer como estava no  
1273projeto; Falou também da ausência de marco regulatório fiscal, tributário  
1274para a cultura brasileira e que era necessário tratar para atender as  
1275implicações legais. O Sr. **Alfredo Manevy** (Secretário Executivo - Ministério  
1276da Cultura) respondeu as questões apresentadas; Concordou com a  
1277necessidade da transparência em relação aos gastos; Esclareceu à Sra.  
1278Maria das Graças que a questão do fundo foi uma sincronização  
1279aproveitando a nova lei de financiamento à cultura com o Fundo Setorial de  
1280Livro e Leitura que estava em trâmite final no Ministério da Fazenda e que  
1281sairia primeiro a reforma já citando projetos de leis específicos do pró-  
1282leitura em trâmites separados para facilitar as negociações, e que o vale-  
1283cultura já era parte da lei Rouanet, e seria encaminhado como projeto  
1284específico; Informou que quanto à censura no que diz respeito ao cinema,  
1285ele concordava com a visão do Sr. Geraldo Moraes, na qual não existia  
1286diferença entre cinema comercial e cinema não-comercial, do ponto de vista  
1287institucional, eles tinham duas instituições para tocar a política audiovisual,  
1288uma que cuidava mais da dimensão mercado e outra que cuidava da  
1289representação, da linguagem, do cinema experimental, então essa  
1290configuração havia levado a essa realidade, então eles reconheceram que  
1291no projeto que foi apresentado a consulta pública não estava contempladas  
1292as ações que a Secretaria do Audiovisual daria conta, então eles haviam

1293criado outra dotação orçamentária, do FNC para cinema, esse conjunto que  
1294não seria da ANCINE, então criaram um só fundo, mas com dois conselhos  
1295gestores; Ressaltou a presença do Senador da República, Sr. Inácio Arruda,  
1296que estava ajudando o Ministério da Cultura a aprovar os seus projetos  
1297estratégicos; Quanto ao FNC para a música, ele informou que foi criado um  
1298Fundo para Música para dar conta de todas as expressões que compõem o  
1299universo. O Sr. **Roberto Gomes Nascimento** (Secretário de Fomento e  
1300Incentivo à Cultura - MinC) reiterou o que foi colocado pelo Sr. Alfredo  
1301Manevy e completou dizendo que a base de dados que eles trabalhavam era  
1302uma preocupação que eles tinham de aprofundar e dar transparência a  
1303todas as ações do Ministério da Cultura e a base de dados do sistema de  
1304incentivo fiscal era diferente da base do orçamento FNC, pois a partir de  
13052009 o sistema de convênios do Governo Federal, praticado por todos os  
1306Ministérios e Órgãos Federais, tinha que ser alimentado através desse  
1307sistema de conveniamento, que gera uma base própria que não aceita  
1308projetos de incentivo, por outro lado, os projetos de incentivo estariam cada  
1309vez mais com os dados estruturados a partir de um sistema que teria  
1310começado a funcionar em janeiro de 2009, apesar de que toda a base de  
1311dados do incentivo era possível ser acessada para consulta com vários  
1312recortes possíveis a partir do site do Ministério da Cultura, na página frontal  
1313tem um ambiente de apoio a projetos e tem uma opção de busca avançada,  
1314nessa opção você já está dentro da base de dados, pode criar o filtro que  
1315quiser, pode procurar por componentes, tudo bastante aberto, porém sem  
1316chegar ao nível do município, isso só foi possível a partir de janeiro de  
13172009. A Sra. **Dulce Tamara Lamego** (Dança) registrou que achava um  
1318absurdo que se criasse um Fundo para Artes Cênicas e não para a Dança. O  
1319Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) encaminhou a questão da  
1320constituição de um grupo temático, ela teria que ser sistematicamente  
1321analisada, então o mais correto seria a criação de uma comissão temática  
1322de financiamento e fundos e informou que já existia uma pré-indicação do  
1323Sr. Osvaldo Viegas que teria se ausentado mais cedo, mas havia se  
1324colocado à disposição, a Comissão teria cinco membros titulares e cinco  
1325suplentes, sendo essa a mesma Comissão já existente para tratar da Lei  
1326Rouanet. **Item 10) Apresentação de Proposta de Resolução para**  
1327**Análise de Termos de Parceria;** O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-

1328Geral do CNPC) deu continuidade à reunião, após o intervalo do *Coffee*  
1329*Break*; Passou a leitura da Resolução Nº 02, de 26 de agosto de 2009, qual  
1330seja: **RESOLUÇÃO Nº 02, DE 26 DE AGOSTO DE 2009:** *Estabelece*  
1331*critérios e diretrizes para consulta de Termos de Parceria, a serem*  
1332*celebrados entre o Ministério da Cultura e Organizações da Sociedade Civil*  
1333*de Interesse Público, no Conselho Nacional de Política Cultural.* O Conselho  
1334Nacional de Política Cultural – CNPC, reunido em Sessão Plenária Ordinária,  
1335em Brasília, em 25 e 26 de Agosto de 2009, e no uso das competências que  
1336lhe são conferidas pelo art. 7º, VI, do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de  
13372005, tendo em vista o disposto no art. 4º, I e VII, de seu Regimento  
1338Interno, e considerando o disposto no do art. 10, § 1º, da Lei nº 9.790, de  
133923 de março de 1999, e o art. 10 do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de  
13401999, que estabelecem que a celebração de Termos de Parceria será  
1341precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas  
1342correspondentes existentes, nos respectivos níveis de governo, resolve: Art.  
13431º Os Termos de Parceria a serem celebrados entre o Ministério da Cultura  
1344e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs – serão  
1345submetidos ao Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC –  
1346para consulta, nos termos da legislação vigente, e seguirão o procedimento  
1347disposto nesta Resolução. Art. 2º Será formada, no âmbito do Plenário do  
1348CNPC, uma Comissão Permanente de Relatores – CPR, constituída por 10  
1349(dez) membros, representantes da sociedade civil, com competência para  
1350analisar e emitir parecer acerca dos Termos de Parceria. Parágrafo único.  
1351Os Termos de Parceria apresentados ao CNPC serão distribuídos aos  
1352membros da CPR, de forma equitativa e aleatória. Art. 3º Os relatores terão  
1353o prazo de 30 (trinta) dias para elaborarem seus pareceres, referentes aos  
1354Termos de Parceria a serem apresentados nas reuniões imediatamente  
1355subsequentes do Plenário do CNPC. Parágrafo único. Os pareceres serão  
1356encaminhados à Secretaria-Executiva do CNPC, no formato de relatórios  
1357finais, nos moldes do Anexo I, desta Resolução. Art. 4º A articulação das  
1358agendas e a pauta de trabalho serão elaboradas e desenvolvidas pela  
1359Secretaria-Executiva do CNPC, em comum acordo com a Comissão de  
1360Relatores. Art. 5º Os processos serão enviados aos relatores devidamente  
1361instruídos ao menos com os seguintes documentos: I – minuta do Termo de  
1362Parceria; II – plano de Trabalho; III – nota da área técnica; e IV – parecer



1363jurídico. § 1º. Os documentos elencados nos incisos III e IV serão emitidos  
1364pelo órgão do Ministério da Cultura ou entidade a ele vinculada. § 2º Os  
1365órgãos ou entidades deverão enviar, no formato impresso e digital, em  
1366tempo hábil, à Secretaria-Executiva do CNPC, os documentos elencados no  
1367*caput*. Art. 6º A Secretaria-Executiva do CNPC distribuirá o processo ao  
1368relator designado, com os documentos e o modelo de relatório, nos termos  
1369do Anexo I, deste Regulamento. Art. 7º A Secretaria-Executiva do CNPC  
1370encaminhará o relatório, elaborado pelo relator designado, aos membros do  
1371CNPC em tempo hábil para apreciação do Plenário do CNPC na reunião  
1372imediatamente subsequente. § 1º O Plenário do CNPC poderá aprovar ou  
1373rejeitar o relatório, com emendas e/ou recomendações. § 2º A manifestação  
1374do CNPC tem caráter opinativo, não vinculando a decisão final sobre a  
1375celebração do termo de parceria. Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na  
1376data da sua publicação. Colocou então em apreciação a sugestão do Sr.  
1377**Auto Filho**, de alterar o artigo 2º, onde eliminaria a expressão  
1378“representantes da sociedade civil”, qual seja: “será formada no âmbito do  
1379CNPC uma comissão permanente e relatores constituída por 10 membros  
1380com competência para analisar e emitir parecer a cerca dos termos de  
1381parceria.”, tendo base que não justifica algum membro do Conselho que  
1382seja dirigente do ministério elaborar esse relatório, não seria saudável,  
1383seria melhor que fosse alguém externo do Ministério da Cultura. O Sr.  
1384**Francisco Auto Filho** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes  
1385Estaduais) sugeriu que acordasse que essa Comissão fosse feita apenas por  
1386membros da sociedade civil. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do  
1387CNPC) concordou, reiterando o compromisso do grupo de relatores ser  
1388formado por membros da sociedade civil; Colocou em votação a alteração, a  
1389qual teve aprovação do plenário, com uma abstenção. O Sr. **Francisco**  
1390**Auto Filho** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais) elogiou  
1391a equipe do Ministério da Cultura que redigiu a resolução, pois era uma  
1392resolução sábia, do ponto de vista jurídico e técnico, e que resolveria um  
1393problema grave que se instalaria no CNPC se eles não adotassem esse  
1394procedimento sugerido na resolução, então reiterou seu voto favorável e  
1395com elogios ao trabalho realizado pela equipe. O Sr. **Marcelo Veiga**  
1396(Coordenador-Geral do CNPC) informou que com a reestruturação do CNPC  
1397novas atribuições haviam sido dadas e quem havia redigido a Resolução foi

1398a Sra. Natiane, que era a nova Assistente Técnica. O Sr. **Alfredo Tiommo**  
1399**Tolmasquim** (Ministério da Ciência e Tecnologia) sugeriu que o CNPC  
1400delegasse aos consultores o papel opinativo e que após isso fosse para o  
1401Ministério da Cultura para deliberação, pois eles correriam o risco de ter  
1402reuniões longas e sem efetividade. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-  
1403Geral do CNPC) esclareceu que a possibilidade havia aparecido nas  
1404discussões, mas foi uma decisão do plenário, que havia chegado através de  
1405um membro e existia a possibilidade do plenário delegar a um grupo ou  
1406uma comissão, mas caberia ao plenário fazer essa consulta. O Sr.  
1407**Francisco Auto Filho** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes  
1408Estaduais) explicou que o CNPC, em matéria de Termos de Parceria, tinha  
1409poder deliberativo garantido pela lei das OSCIP's, por isso que teria a  
1410resolução. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) observou  
1411que na lei das OSCIP's não fala em deliberar, fala em consulta, sendo: "o  
1412conselho será consultado". O Sr. **Francisco Auto Filho** (Fórum Nacional de  
1413Secretários e Dirigentes Estaduais) colocou que a consulta seria a  
1414deliberação, se quando consultado o CNPC se posicionasse contrário, o  
1415Ministério da Cultura não poderia assinar o termo de parceria. O Sr.  
1416**Alfredo Tiommo Tolmasquim** (Ministério da Ciência e Tecnologia) colocou  
1417que no documento, constava no artigo 7º, qual seja: "A manifestação do  
1418CNPC teria caráter opinativo, não vinculando a decisão final sobre a  
1419celebração do termo de parceria.", então estava claro na proposta que não  
1420era deliberativo, era opinativo, e a sua sugestão não era que o CNPC  
1421fiscalizasse os contratos, mas que acompanhasse quais contratos, com  
1422quem e quais os valores. A Sra. **Maria Beatriz Salles** (Consultoria Jurídica  
1423do Ministério da Cultura) colocou que a segurança do caráter opinativo do  
1424CNPC viria do decreto que regulamentava a Lei, o decreto 3.100, que dizia  
1425que a opinião do CNPC seria levada em consideração na decisão final do  
1426temo de parceria, ou seja, a decisão final era do órgão ministerial, e a  
1427decisão do CNPC era levada em conta. O Sr. **Oséas Borba Neto** (Teatro)  
1428questionou se ainda havia quórum para deliberações. O Sr. **Francisco Auto**  
1429**Filho** (Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais) sugeriu que  
1430eles aprovassem a resolução para que não atrasassem os termos de  
1431parceria que já estavam no Ministério da Cultura e durante o processo eles  
1432a modificariam. A Sra. **Maria Beatriz Salles** (Consultoria Jurídica do

1433Ministério da Cultura) colocou que eles vinham fazendo as melhorias desde  
1434o começo e que só na prática da resolução que a alterações viriam com  
1435segurança. O Sr. **Cláudio Peret** (Consultoria Jurídica do Ministério da  
1436Cultura) manifestou-se sobre os aspectos jurídicos da proposta do Sr.  
1437Alfredo, que juridicamente seria possível, a delegação de competências não  
1438feria a lei, delegar competências para alguns membros terem a competência  
1439do CNPC era possível, a lei permitia. O Sr. **Alfredo Tiommo Tolmasquim**  
1440(Ministério da Ciência e Tecnologia) reiterou que o único objetivo de sua  
1441proposta era evitar que transformasse isso em um processo extremamente  
1442longo, de muita discussão e pouca decisão, no sentido de agilizar os  
1443processos. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) esclareceu  
1444quanto ao quórum, que no artigo 18 do regimento, qual seja: "O plenário  
1445reunir-se-á em sessão pública com a presença de no mínimo 50% dos  
1446conselheiros e deliberará por maioria simples dos votos, com exceção a  
1447situações que requerem quórum qualificado", nessa votação eles  
1448precisariam apenas de quórum simples o que seria com a quantidade de  
1449membros que estavam no plenário; colocou em votação então a resolução  
1450com a alteração feita pelo Sr. Auto Filho, sendo aprovado pelo plenário, com  
1451abstenção do Sr. Oséas Borba. A Dra. **Maria Beatriz Salles** (Consultoria  
1452Jurídica do Ministério da Cultura) apresentou a equipe de assessoria jurídica  
1453ao CNPC, com a reestruturação do Ministério que havia sido aprovada, eles  
1454puderam criar um assessoramento exclusivo aos colegiados ligados ao  
1455Ministério, a consultoria era chefiada pela Dra. Maria Beatriz Salles, a  
1456Coordenação da Área de Direto da Cultura era chefiada pelo Dr. Cláudio  
1457Peret e a Coordenação de Assessoramento aos Órgãos Colegiados, inclusive  
1458ao CNPC, era chefiada pelo Dr. Osíris Pelanda. O Dr. **Osíris Pelanda**  
1459(Coordenador de Assessoramento aos Órgãos Colegiados) cumprimentou a  
1460todos e colocou-se à disposição para quaisquer dúvidas e esclarecimentos,  
1461que viessem a se fazer necessários. **Item 11) Encaminhamentos,**  
1462**Informes e Breves Comunicações:** O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-  
1463Geral do CNPC) passou aos encaminhamentos e deliberações; Passou à  
1464apreciação de uma alteração no regimento da Conferência Nacional de  
1465Cultura, uma proposta que a Secretaria de Articulação havia feito, os itens 1  
1466e 3 já haviam sido aprovados e faltava o item número 2, capítulo 07, seção  
146702, parágrafo 2º, passaria a ter a seguinte redação: "parágrafo 2º: os

1468poderes executivos municipais devem convocar as respectivas conferências  
1469por meio de decreto próprio e dar publicidade ao ato até o dia 30 de  
1470setembro de 2009 obedecendo as diretrizes contidas neste regimento”,  
1471colocou em votação, a qual teve aprovação por unanimidade; próximo item,  
1472capítulo 07, sessão 02, Artigo 30, inclusão do parágrafo, qual seja: “nos  
1473casos em que o poder Executivo Municipal não convocar a respectiva  
1474conferência, no prazo estabelecido no parágrafo 02 deste artigo, poderá o  
1475poder Legislativo local efetivar a convocação em caráter de  
1476excepcionalidade, sem prejuízo dos demais requisitos e sem ônus para o  
1477Ministério da Cultura cabendo a comissão organizadora municipal viabilizar  
1478os recursos necessários a realização da etapa”, colocou em votação, foi  
1479aprovado por unanimidade; passou à próxima deliberação que dizia respeito  
1480à Comissão de Finanças e colocou que, Grupo de Trabalho não daria conta  
1481da discussão que havia sido feita, e por isso precisavam ampliar o nível de  
1482atribuição. O Sr. **Paulo Ormino de Azevedo** (Patrimônio Imaterial)  
1483questionou quanto à reunião que tiveram pela manhã, que havia feito um  
1484acordo que poderiam ficar em 10, 2 participantes por região, podendo  
1485chegar a um limite de 200, e todos os 20 segmentos realizarem os seus,  
1486isso havia ficado pactuado e teria que ser incorporado nas alterações. O Sr.  
1487**Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) lembrou também da alteração  
1488dos prazos de realização das pré-conferências para o dia 31 de janeiro;  
1489colocou então em apreciação o primeiro item, a ampliação do prazo de  
1490realização das pré-conferências, a qual foi aprovada por unanimidade;  
1491Colocou em votação o segundo item, a ampliação do número de delegados  
1492podendo chegar ao limite de 200, o qual teve aprovação por unanimidade  
1493do plenário; Partiu para a montagem da Comissão Temática de Finanças,  
1494que já teria uma reunião pré-agendada que seria na segunda semana de  
1495setembro, e a idéia da Comissão seria discutir as diretrizes e analisar toda a  
1496discussão de Fundos no Ministério da Cultura; A comissão foi formada com  
1497os seguintes membros: Sr. Bruno Monteiro (Artes Visuais), Sra. Maria das  
1498Graças de Castro (Livro e Leitura), Sra. Dulce Lamego (Dança), Sr. Roberto  
1499Gomes Nascimento (Ministério da Cultura), Sr. Francisco Auto Filho (Fórum  
1500Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais) como titulares e seus  
1501suplentes, respectivamente, Sra. Patrícia Canetti (Artes Digitais), Sr. César  
1502Piva (Inclusão Social por Intermédio da Cultura), Sr. Antônio Carlos Vieira

1503(Museus), Sr. José Herência (Ministério da Cultura), Sr. Ignácio Kornowski  
1504(Confederação Nacional de Municípios); foi formada então a Comissão de  
1505Finanças. O Sr. **César Piva** (Inclusão Social por Intermédio da Cultura)  
1506sugeriu que esse grupo fizesse consultas aos colegiados, que seria  
1507importante. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) informou  
1508que enviaria por e-mail os encaminhamentos e a pré-proposta de diretrizes  
1509que teria sido apresentada pelo Secretário, a idéia era que eles enviassem  
1510isso no dia seguinte a todos os conselheiros e eles teriam uma semana para  
1511o envio de contribuições, eles sistematizariam essas contribuições e  
1512enviariam para os membros da Comissão para que eles pudessem ter  
1513conhecimento dessas contribuições no plenário, sendo que todos deveriam  
1514enviar as contribuições até o dia 03/09 e no dia 04 eles enviariam para os  
1515membros da Comissão as contribuições que seriam sistematizadas na  
1516reunião da Comissão. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC)  
1517passou à montagem do Grupo de Trabalho e sugeriu que fosse um  
1518representante de cada linguagem, ou seja, seriam 8 representantes dos  
1519colegiados e mais uma ou duas pessoas do Ministério da Cultura e explicou  
1520que esse grupo de trabalho teria, basicamente, duas funções, avaliar o  
1521regimento interno das pré-conferências setoriais, o que seria proposto pelo  
1522Ministério da Cultura e o calendário de renovação dos colegiados, além  
1523disso, todos os outros temas que já foram discutidos e sedimentados, não  
1524iria voltar à tona, o foco seriam esses dois elementos. O Sr. **Álvaro Santi**  
1525(Musica Erudita) propôs que nas próximas reuniões dos colegiados cada um  
1526tratasse dos seus regimentos, para depois disso formar um grupo de  
1527trabalho para deliberar esses assuntos. O Sr. **Oséas Borba Neto** (Teatro)  
1528reiterou o que foi colocado pelo Sr. Álvaro Santi e reforçou dizendo que os  
1529regimentos estavam atrelados aos colegiados, já que seriam as eleições, a  
1530renovação dos colegiados, então a proposta deles era que fossem dois dias,  
1531para que definissem os regimentos de cada colegiado e que depois os  
1532representantes de cada colegiado sentassem para formar um regimento que  
1533abrangesse o que era necessário. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral  
1534do CNPC) lembrou que o que estava decidido no Regimento do CNPC não  
1535seria discutido na Comissão, pois o Regimento do Colegiado obedecia ao  
1536Regimento do CNPC, o Regimento Interno de cada colegiado teria suas  
1537especificidades, mas uma parte importante que estaria ali seria igual em

1538 todos os colegiados e aí que entraria a decisão do plenário do Colegiado,  
1539 seriam 15 membros da sociedade civil, sendo três por região; Explicou que  
1540 a proposta que o Sr. Marcelo Veiga havia feito seria de enviar uma proposta  
1541 previamente, e os conselheiros levariam essa proposta ao diálogo com os  
1542 colegiados de um modo geral e a partir daí tentariam resolver isso em um  
1543 ambiente virtual, para aprofundar a discussão; Colocou que em setembro  
1544 provavelmente haveria uma reunião extraordinária do CNPC, e que o  
1545 Senador Inácio Arruda propôs que se fizesse uma Audiência Pública, junto à  
1546 Comissão de Educação e Cultura do Senado com a Comissão de Assuntos  
1547 Econômicos para discutir o problema da tributação, o que seria um motivo  
1548 para uma reunião extraordinária, por isso não teria como fazer dois dias de  
1549 reunião. O Sr. **Álvaro Santi** (Música Erudita) colocou que um dia para o  
1550 regimento seria suficiente, o problema seriam as outras pautas dos  
1551 colegiados. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) colocou  
1552 como possibilidade que traria os Conselheiros no dia anterior à reunião,  
1553 para que os mesmos já amanhecessem em Brasília e os vôos seriam à  
1554 noite, para que assim tivessem 12 horas de reunião; Insistiu na proposta de  
1555 enviar uma proposta e que cada colegiado apreciasse e já enviasse um  
1556 *feedback* para o CNPC. O Sr. **Oséas Borba Neto** (Teatro) reiterou o pedido  
1557 de mais um dia para a discussão do regimento; Sugeriu que não houvesse  
1558 eleição, que não houvessem duas eleições, que elegeisse os três  
1559 representantes regionais e que esses três representantes regionais que  
1560 fossem para a etapa nacional elegeassem o representante nacional, que seria  
1561 o mais lógico, que cada representante votaria, duas eleições seria ilógico  
1562 uma pessoa que vai para o nacional que não fosse do colegiado regional. A  
1563 Sra. **Maria das Graças de Castro** (Livro e Leitura) sugeriu que após as  
1564 reuniões dos colegiados setoriais eles fizessem a reunião desse Grupo de  
1565 Trabalho, pois eles estariam com as informações mais trabalhadas, e teriam  
1566 mais consistência para a discussão. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-  
1567 Geral do CNPC) colocou que essa seria a melhor opção, mas que tinha  
1568 problema com os prazos, pois eles precisariam tornar públicos os  
1569 regulamentos das pré-conferências, que já deveria estar nas ruas. A Sra.  
1570 **Maria das Graças de Castro** (Livro e Leitura) colocou que eles ganhariam  
1571 em qualidade. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) colocou  
1572 que a logística disso seria impressionante, cada secretaria do Ministério da

1573Cultura deveria montar uma pauta e se organizar para realizar esse  
1574trabalho, e colocou que gostaria de chamar o GT antes; Colocou que os  
1575membros do GT seriam membros natos do conselho e que eles iriam  
1576realizar as reuniões dos colegiados reenviariam antes a proposta de  
1577regimento interno e a proposta do regimento das pré-conferências e teriam  
1578um prazo para darem retorno quanto a isso. O Sr. **Marcelo Veiga**  
1579(Coordenador-Geral do CNPC) sugeriu que talvez eles mudassem as datas,  
1580pois tinham seis reuniões em setembro seria inviável, e dependendo da  
1581urgência eles sugeririam alterar e fazer uma semana inteira, eles iriam  
1582avaliar e questionou se seria viável, caso fosse necessário. O plenário  
1583aceitou a proposta. O Sr. **Bruno Monteiro** (Artes Visuais) informou que  
1584teria que sair para viajar e questionou quanto à apresentação do relatório  
1585pelo GT de Relações Internacionais, pois pela falta de quórum, achava que  
1586não seria possível fazer a apresentação. O Sr. **Álvaro Santi** (Musica  
1587Erudita) sugeriu que fosse encaminhado via e-mail. O Sr. **Gustavo Vidigal**  
1588(Secretário-Geral do CNPC) sugeriu que eles fizessem a apresentação na  
1589próxima reunião. O Sr. **Bruno Monteiro** (Artes Visuais) questionou se eles  
1590poderiam solicitar uma reunião em setembro. O Sr. **Gustavo Vidigal**  
1591(Secretário-Geral do CNPC) colocou que seria pouco provável devido à  
1592agenda apertada de trabalho e informou que não teria reunião prevista para  
1593o Grupo de Trabalho e que na próxima reunião do CNPC eles poderiam fazer  
1594a apresentação. Por fim, havia uma moção apresentada pelos conselheiros  
1595Sr. Álvaro Santi e Sr. Adriano Araújo. O Sr. **Álvaro Santi** (Musica Erudita)  
1596explicou que era apenas uma moção de apoio ao documento que havia sido  
1597distribuído com relação ao marco regulatório da atividade cultural, que  
1598havia sido enviado por e-mail e estava assinado por várias entidades do  
1599país, como também artistas e produtores. O Sr. **Gustavo Vidigal**  
1600(Secretário-Geral do CNPC) vendo que todos estavam esclarecidos, colocou  
1601em votação a moção, a qual foi aprovada por unanimidade pelo plenário do  
1602Conselho. O Sr. **Oséas Borba** (Teatro) sugeriu aos conselheiros que  
1603tivessem disponibilidade, que ao invés de voltarem no mesmo dia à noite,  
1604que voltassem no mesmo dia pela manhã, pois o hotel ficaria a mesma  
1605coisa e eles teriam quórum até o fim da reunião. A Sra. **Dulce Tamara**  
1606**Lamego** (Dança) questionou se o plano setorial de dança seria colocado  
1607para consulta pública, pois estava sendo questionada. O Sr. **Marcelo Veiga**

1608(Coordenador-Geral do CNPC) colocou que essa seria uma das pautas das  
1609pré-conferências, definir e discutir as pré-pautas que passariam nos  
1610colegiados a partir da contribuição dos colegiados, essa seria uma das  
1611opções, seria colocado na internet; Sugeriu que fizessem a composição dos  
1612relatores dos termos de parceria, e sugeriu ainda que continuassem os  
1613membros da Comissão Técnica, retirados aqueles que representassem o  
1614Ministério da Cultura, ficando apenas aqueles que representam a sociedade  
1615civil, então eles distribuiriam os termos de parceria aos membros que já  
1616faziam parte da Comissão Temática que automaticamente seria  
1617desconstituída, pois não haveria mais razão de ser; Não havendo mais o  
1618que tratar, agradeceu a presença de todos e declarou por encerrada a  
1619reunião.